



deBatEs#2

ESCOLA SECUNDÁRIA
AVELAR BROTERO

VI CONFERÊNCIA
NACIONAL DE JOVENS
DO BLOCO
DE ESQUERDA

18 E 19 MARÇO 2017

COIMBRA

ÍNDICE

1.	REGULAMENTO	03
2.	PROGRAMA	06
3.	MOÇÃO D - POR UM BLOCO SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO	07
4.	MOÇÃO X - DESTRUIR O CONFORMISMO, SABOTAR A HEGEMONIA	15
5.	CONTRIBUTOS DE REFLEXÃO	26
6.	INFORMAÇÕES ÚTEIS	58
7.	CALENDÁRIO DE DEBATES DISTRITAIS	59

REGULAMENTO DA VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

I. CONVOCAÇÃO

- 1.1. O processo preparatório da VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda inicia-se com a sua convocação, pela Mesa Nacional, a 8 de Janeiro de 2017.
- 1.2. A VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é convocada para os dias 18 e 19 de março de 2017.
- 1.3. A abertura do processo da Conferência Nacional é assinalada pela comunicação, por e-mail e carta, a todos/as os/as aderentes dos prazos e procedimentos de debate e votação e da sessão final da conferência nacional.

2. PARTICIPANTES

- 2.1. São participantes da VI Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda todos/as os/as aderentes do Bloco até aos 26 anos e que tenham pago a sua quota relativa ao ano de 2017 até à Conferência.
- 2.2. Podem participar como convidados/as sem direito a voto ou intervenção todos/as aderentes do Bloco de Esquerda.

3. COMISSÃO ORGANIZADORA

- 3.1. A Mesa Nacional nomeia como Comissão Organizadora da Conferência (COC) Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda as/os camaradas Isabel Pires, Gonçalo Pessa e Samuel Cardoso.
- 3.2. A partir da entrega de listas concorrentes à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, cada uma designará um/a representante nesta comissão organizadora.
- 3.3. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras: a logística, informação e finanças da Conferência; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do

boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias e a sistematização da informação sobre os debates preparatórios.

4. MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA E LISTAS CANDIDATAS À COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

4.1. Só são admitidas moções de orientação que sustentem lista candidata à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda e que tenham um limite máximo de 25.000 caracteres e sejam subscritas por um mínimo de 25 aderentes com menos de 26 anos.

4.2. Só são admitidas listas candidatas à coordenadora nacional de jovens do Bloco de Esquerda compostas por um máximo de 11 efetivos/as e 9 suplentes, que cumpram o critério da paridade e que sejam sustentadas por moções de orientação política.

4.3. O prazo de entrega de moções e listas termina às 24h do dia 23 de fevereiro.

4.4. As moções serão publicadas no sítio do Bloco e enviadas por e-mail a todos/as os/as aderentes até aos 26 anos no dia 24 de fevereiro.

5. TEXTOS DE CONTRIBUTO

5.1. Os textos de contributo podem ser subscritos por uma ou mais aderentes com menos de 26 anos, tendo que ter um máximo de 4000 caracteres.

5.2. O prazo de entrega dos textos de contributo é dia 11 de março, que serão distribuídos em boletim de debates via e-mail a todos os aderentes até ao dia 12 de março.

6. DEBATES PREPARATÓRIOS

6.1. Os debates das moções decorrerão de 3 a 12 de março.

7. VI CONFERÊNCIA NACIONAL

7.1. A VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda realiza-se a 18 e 19 de março, em Coimbra.

7.2. A VI Conferência é aberta a todos os participantes nos termos do artigo 2º.

7.3. A VI Conferência nacional tem a seguinte ordem de trabalhos:

DIA 18 DE MARÇO:

9h30: Credenciação

10h: Abertura

10h30 - 13h: Sessões de discussão temáticas

13h - 14h30: Almoço

14h30 - 18h00: Debate das moções apresentadas

20h: Jantar

23h: Concerto e festa

DIA 19 DE MARÇO:

10h30: Encerramento do debate entre moções

11h30: Votações

12h: Encerramento da VI Conferência Nacional (Catarina Martins)

8. CASOS OMISSOS

8.1. Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Conferência (COC).

Calendário simplificado:

23 DE FEVEREIRO: Data limite de entrega de moções e listas

11 DE MARÇO: Data limite de entrega de textos de contributo

3 A 12 DE MARÇO: Debates preparatórios entre as listas nos vários distritos

18 E 19 DE MARÇO: VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

PROGRAMA

ESCOLA AVELAR BROTERO, COIMBRA

DIA 17, 22H - 23H: Chegada e credenciação

DIA 18 DE MARÇO:

10h30 - credenciação

11h - Abertura (COC e Catarina Martins)

12h15 - Almoço

13h30 - 16h00 | **SESSÕES TEMÁTICAS:**

Espaço feminista

Construir alternativas na educação

Mobilizar contra a precariedade

16h15 - 19h | **ABERTURA E DEBATE DE MOÇÕES**

20h - jantar

23h - festa

DIA 19 DE MARÇO

10h - continuação e encerramento de debate de moções

10h15 - encerramento de credenciação

10h30/11h30 - votação em urna

11h30 - votação de moções

12h - Encerramento

13h - Almoço

15h Partida

MOÇÃO D POR UM BLOCO SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO

INTRODUÇÃO

Nós, os e as jovens nascidas após a queda do muro de Berlim, crescemos durante o que se pode considerar o período áureo da integração europeia, entrada na moeda-única, fundos estruturais europeus, enquanto concomitantemente se dava o processo de reconfiguração económica necessário para satisfazer os interesses dos 1% mais ricos europeus à custa dos restantes 99%. Na escola prometeram-nos um futuro brilhante desde que estudássemos. Em 2007 essa ilusão foi estilhaçada pela crise.

Somos a geração dos emigrantes, das escolas deterioradas, das listas de espera intermináveis para a saúde, da comida enlatada, da permanência em casa dos pais, dos trabalhos precários. Somos uma geração que não tem nenhum futuro no capitalismo, por isso uma geração que não tem nada a perder. Se este sistema não nos dá o que precisamos, construiremos outro!

OS JOVENS E A CRISE

A profunda crise em que se encontra o capitalismo gerou a primeira geração de jovens trabalhadores que, desde a Segunda Guerra Mundial, vive em piores condições do que aquelas que os seus pais conheceram.

Nós, jovens estudantes e trabalhadores, sonhamos hoje com coisas tão elementares como trabalho, habitação, mobilidade ou acesso à educação e serviços de saúde.

As nossas famílias são forçadas a abdicar do mais elementar bem-estar e a fazer toda a espécie de sacrifícios para suportar os nossos estudos. E sem qualquer controlo sobre o rumo da educação, os estudantes têm visto as propinas do ensino superior público serem aumentadas ano após ano, atingindo hoje cerca de 1000 euros — valor que é ainda superado por todas as taxas e juros que o acompanham. A universidade torna-se cada vez mais inacessível, cada vez mais um privilégio dos poucos que podem pagar o preço a que são vendidas a Cultura e a Ciência. E, por isso, a universidade torna-se cada vez menos democrática, cada vez mais próxima do modelo anterior à Revolução Portuguesa.[1]

Com ou sem licenciatura, os trabalhos que o mercado nos reserva são de salários miseráveis, implicam aceitar condições de mais extrema precariedade e, não raras vezes, viver sob o assédio e violência psicológica de patrões que violam impunemente as poucas leis de protecção laboral que ainda restam por “flexibilizar”.

A emigração é elevada a medida política pelos sucessivos governos.[2] Somos sistemática e involuntariamente exportados como mercadoria, afastados de todas as pessoas que amamos. Os capitalistas, não contentes com transformar a Educação e a Ciência em mercadorias, e não satisfeitos

em alienar os produtos do nosso estudo assim como os do nosso trabalho, alienam ainda os nossos próprios corpos, rompem todos os laços afectivos dos explorados.

Mais ainda, este capitalismo em crise acirra todas as formas de opressão.

O metódico desmantelamento e privatização do Estado Social significam a transferência de tarefas do Estado para a família e, numa sociedade profundamente patriarcal, isto é o mesmo que dizer a transferência de tarefas do Estado para a mulher. Sabemos também que as mulheres são empregadas principalmente no sector dos serviços públicos e que, por isso mesmo, são as principais afectadas pela destruição do Estado Social, sendo empurradas para o desemprego e perdendo a sua independência económica. A violência machista tem assim todas as condições para aumentar e é conscientemente usada pelos exploradores como ferramenta para intensificar a exploração.

Onde há um aumento da violência machista, há um aumento dos seus desdobramentos em LGBTfobia. As pessoas LGBTQI+ são mais vulneráveis a situações de violência, desemprego e precariedade. [3]

O racismo grassa também. Uma das saídas que a burguesia encontra para a crise é, historicamente, a guerra. A multiplicação de conflitos imperialistas (Líbia, Síria, Ucrânia) significa uma crise de refugiados sem precedentes,[4] movimentos massivos de população, a difusão de notícias e imagens que reduzem os trabalhadores dos povos neocolonizados a caricaturas.

Os jovens negros, especialmente nos bairros periféricos de Lisboa, são intimidados e brutalizados impunemente pela polícia. Bairros inteiros têm sido demolidos ao longo dos últimos anos, num processo de reorganização da cidade pelo grande capital. Na Amadora, em bairros como o 6 de Maio e enquanto decorre a VI Conferência Nacional de Jovens, estarão a ser demolidas casas e despejadas famílias negras para que fundos de especulação imobiliária possam aumentar os seus lucros.

É neste ambiente que a extrema-direita ergue a sua hedionda cabeça por toda a Europa e nos Estados Unidos da América, onde um declarado machista e racista é hoje o presidente, enquanto candidatos da mesma laia, pela Europa, procuram ganhar para o seu programa também os jovens miserabilizados pelo sistema.

A questão ganha contornos ainda mais tenebrosos quando tomamos em conta o ambiente. A manutenção do capitalismo tornou-se uma impossibilidade ecológica. O socialismo — uma sociedade onde a produção esteja ao serviço das pessoas e não do lucro — é hoje, mais do que nunca, a organização da sociedade de acordo com os interesses dos explorados e oprimidos: é a única alternativa a uma catástrofe absoluta.

Os jovens do Bloco de Esquerda não podem abster-se da luta por essa nova sociedade, foi para lutar que nos juntámos ao Bloco!

CONSTRUIR O BLOCO DE ESQUERDA

Para a luta, são necessárias armas. Estaremos desarmados enquanto não tivermos uma organização capaz de enfrentar o capital e o Estado nas escolas, nas universidades, nas empresas e nas ruas.

Até aqui, enquanto jovens do Bloco de Esquerda, a parte essencial do Partido, permanecemos frouxamente organizados, sem núcleos de militantes, sem reuniões frequentes de discussão política, sem programas de formação política, sem contacto com o movimento dos trabalhadores, sem capacidade de actuação ou de mobilização. De tantos e tantas jovens que aderem ao Partido, apenas uma pequena parte é integrada e incentivada a uma militância contínua e dinâmica, sendo inúmeros os novos rostos que aparecem para de seguida se sumirem; o período pós-eleitoral levou a um aumento do número de adesões de jovens, mas fracassou-se redondamente no seu acolhimento e motivação, como o comprova um simples olhar para os números da participação eleitoral da X Convenção Nacional ou da participação em reuniões de Jovens.

No último ano, o grupo de jovens que está na origem deste projecto tentou por todos os meios disponíveis combater a desorganização dos jovens. Entre tantas outras coisas, foi fundado o Pão & Cravos, foram iniciadas as “Leituras Erráticas”, foi lançado um ciclo de debates sobre os pensadores socialistas, travaram-se batalhas políticas pelo aumento da frequência das reuniões e pelo enriquecimento do seu conteúdo e, acima de tudo, foi estabelecido contacto com o SETC (Sindicato dos Estivadores) e organizado um grupo de solidariedade com a greve do Porto de Lisboa que ocorreu entre Abril e Junho de 2016, o “Estudantes Apoiam os Estivadores”.

Tudo isto permitiu-nos compreender melhor os desafios que enfrentamos. Se pretendemos evitar erros desnecessários, as experiências de luta dos jovens e estudantes de todos os países devem servir igualmente de lições para nós.

Na África do Sul, os protestos contra as propinas, com o movimento Fees Must Fall, já deram frutos e deixam bem claro o potencial transformador dos jovens e estudantes quando se sublevam em massa, mesmo que dotados de débeis estruturas organizativas.

No Brasil, as ondas de ocupações de escolas e faculdades mostraram não só que os estudantes e trabalhadores, mesmo que organizados apenas a nível local, têm suficiente força para tomar o controlo das instituições de ensino, como ainda que as escolas e faculdades funcionam muito melhor sob esse controlo democrático de estudantes e trabalhadores.

Mas é entre os nossos mais imediatos vizinhos, os jovens do Estado Espanhol, em condições idênticas às que vivemos em Portugal, que temos exemplos de luta na sua forma mais organizada. Foi no Estado Espanhol que, em 2016, duas greves massivas de estudantes, convocadas e incansavelmente organizadas pelos camaradas do Sindicato de Estudantes, forçaram o governo do Estado Espanhol a recuar nas medidas de mercadorização e elitização do ensino. Esta vitória dependeu, como é óbvio, da mais séria organização de núcleos e assembleias por todo o território, da mais estrita articulação entre esses núcleos e assembleias e, acima de tudo, de um programa político claro e capaz de construir pontes com o movimento sindical.

O que precisamos, em Portugal, quando o governo preside à privatização de faculdades sob a capa do “estatuto de fundação”, é de uma organização igualmente robusta e combativa.

A LISTA D DEFENDE:

- A inclusão dos órgãos organizativos dos jovens (como a Coordenadora Nacional de Jovens) nos estatutos do Bloco de Esquerda, como parte integrante e reconhecida do Partido;

- A criação de núcleos em todas as localidades, escolas ou faculdades onde existam jovens do Bloco de Esquerda;
- O fim do monopólio de contactos dos dirigentes! A Coordenadora deve facilitar e promover o contacto entre camaradas numa mesma localidade, escola ou faculdade, disponibilizando os seus contactos, quando solicitados, e com as devidas autorizações; criando mailing lists ou outras plataformas digitais adequadas enquanto espaços de coordenação;
- Que todos os cargos da Coordenadora Nacional de Jovens sejam revogáveis e escrutinados pelas bases, tal como devem ser em qualquer organização de facto democrática;
- Que a Coordenadora disponibilize as ordens de trabalho das futuras reuniões, possibilitando o contributo escrito de camaradas que desejem contribuir;
- Que a Coordenadora apresente, por todos os meios próprios de divulgação às bases, relatórios detalhados das suas reuniões e de toda a actividade de representação dos jovens, a nível nacional ou internacional;
- Que a Coordenadora crie uma newsletter com periodicidade mensal, de forma a divulgar a agenda do partido, eventos futuros e próximas acções laborais, tais como greves, manifestações e piquetes de greve;
- Que a Coordenadora mantenha uma publicação periódica dos jovens, o Pão & Cravos, que chegue a todos os núcleos e anime a mais livre e democrática discussão e reflexão política através dos seus conteúdos;
- Que a Coordenadora crie uma plataforma online onde haja o espaço para divulgação de artigos e outras contribuições escritas dos camaradas, funcionando como espaço aberto de discussão e formação política;
- Que todos os jovens do partido tenham oportunidade de escrever para a publicação, seja qual for a corrente política da esquerda que assumem;
- Que a Coordenadora Nacional de Jovens tenha, como sua principal função, a coordenação dos jovens a nível nacional (como o próprio nome deveria tornar claro!) e que, nesse sentido, garanta as condições para o funcionamento de todos os núcleos de jovens e fomente a sua criação e expansão por todo o território nacional;
- Que a Coordenadora se comprometa a trabalhar com organizações políticas internacionais, quer seja em campanhas de solidariedade ou em acções concretas, permitindo o contacto com militantes e activistas que não residem apenas em Portugal.

DEFENDER UM ENSINO GRATUITO E DE QUALIDADE

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à educação “tendencialmente” gratuita e de qualidade. Mas os jovens estudantes já pagam propinas suficientemente altas para saber que a Constituição não passa de papel carimbado a menos que seja defendida pelos explorados e oprimidos.

O governo PS não sente qualquer necessidade de ceder à pressão parlamentar que sofre, visto que a ameaça de um governo PSD-CDS basta para que a Esquerda o continue a suportar, apesar de todas as promessas incumpridas. A luta pelo direito à educação tem, portanto, de ser feita fora do parlamento, sob pena de não ser feita de todo.

Nesta luta, as Direcções das Associações de Estudantes são um instrumento útil para a mobilização dos estudantes, contudo são incapazes de passar disso. Nos últimos quarenta anos, os estudantes foram paulatinamente despojados de todo o poder nas universidades. Nenhum órgão democrático conquistado na Revolução Portuguesa nos resta. Assim, o desafio que temos pela frente é construir os espaços democráticos que nos permitirão tomar a universidade nas nossas mãos! As mãos de milhares de estudantes e trabalhadores que pensam, debatem, estudam, leccionam, investigam, cozinham, limpam, consertam, constroem e garantem a segurança e funcionamento das universidades todos os dias.

Mas esta luta não diz respeito apenas aos jovens do Bloco de Esquerda. Será necessário mobilizar e organizar jovens e estudantes também de fora do Partido e mesmo de outros partidos, trabalhar lado-a-lado com todos e todas que se batem por uma educação democrática. Para isso, são indispensáveis organizações amplas, capazes de agregar os estudantes à volta de um programa político claro e focado na conquista da educação gratuita e de qualidade para todos, e em primeiro lugar na defesa das universidades públicas e na reversão dos processos de privatização que estão em andamento com a passagem de universidades a “fundação”.

A criação de organizações estudantis, não sendo tarefa exclusiva dos jovens do Bloco de Esquerda, é no entanto uma tarefa na qual temos a obrigação de nos envolver plenamente se nos batemos por uma sociedade nova e igualitária.

A LISTA D DEFENDE:

- O envolvimento dos núcleos de jovens do Bloco de Esquerda na criação de organizações de estudantes amplas e democráticas, ao nível das escolas e faculdades, capazes de agregar os estudantes sob um programa de luta pelo ensino gratuito, de qualidade e sob o controlo democrático dos estudantes e trabalhadores;
- A gradual articulação destas organizações até que seja possível fazer acções de dimensão nacional e até em articulação internacional;
- O combate ao sectarismo na esquerda, sem o qual será impossível construir organizações estudantis deste tipo.

ENFRENTAR QUEM NOS EXPLORA

A nova geração de trabalhadores, que vive entre o desemprego e a precariedade, é aquela que hoje enche o sector económico dos serviços. Grandes superfícies comerciais, cadeias de restaurantes fast-food, call-centers, etc., aqui se encontra a esmagadora maioria dos jovens explorados.

Este sector, no entanto, é aquele em que os trabalhadores se encontram menos organizados face ao sistema capitalista. A maioria dos jovens trabalhadores, de facto, não tem sindicatos que lhes permitam lutar colectivamente.

Unidas, as centenas de milhares de jovens trabalhadores deste sector seriam uma força colossal, capazes de fazer frente não só aos governos mas à própria classe capitalista. Unidos, seríamos capazes de parar a produção exigindo direitos, seríamos capazes de tomar o destino nas nossas mãos!

Tal como no Partido e tal como nas universidades, a tarefa que se impõe é também aqui a da construção de instrumentos políticos para a luta económica. A Coordenadora Nacional de Jovens deverá ter como uma das suas funções apoiar os jovens trabalhadores que militam no Bloco de Esquerda, acompanhando-os na construção destes instrumentos.

A LISTA D DEFENDE:

- A orientação dos jovens do Bloco de Esquerda para a actividade militante nos locais de trabalho;
- A criação e o fortalecimento de laços com organizações de trabalhadores por todo o país e o envolvimento em campanhas de solidariedade com as lutas de trabalhadores;
- O lançamento de uma campanha contra a precariedade que procure unir, num esforço conjunto, todas as forças de esquerda e sindicatos;
- A aproximação com outros Grupos de Trabalho do partido, coordenando acções e programas.

COMBATER TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO

O Bloco de Esquerda deve ser uma organização capaz de integrar os explorados e oprimidos, um espaço onde se forjem armas colectivas para lutar pelo socialismo, para derrubar sectarismos e divisões.

No entanto, como facilmente verificamos, os mais explorados e oprimidos só muito dificilmente se encontram nas poucas reuniões de jovens que temos.

A Coordenadora Nacional de Jovens tem a responsabilidade de alterar isto, e é a isso que se propõe a Lista D.

Onde estão os trabalhadores precários da nossa geração quando entramos nas reuniões de jovens do Porto e de Lisboa? Onde estão os jovens da periferia que pagam dezenas e até mais de uma centena de euros pelo direito a entrar na cidade? E onde estão os jovens negros que a polícia brutaliza e que o racismo empurra para os trabalhos com a mais asfixiante taxa de exploração? Onde estão os imigrantes e filhos de imigrantes? Onde estão as pessoas LGBTQI+ mais pobres?

Com apenas um núcleo de jovens em Lisboa e outro no Porto, com reuniões nocturnas no centro da cidade, é impossível encontrar estes jovens nas reuniões que organizamos. A actividade do Partido fica circunscrita a quem vive no centro da cidade, o Bloco acaba excluindo os jovens mais pobres.

A única solução para resolver este problema é multiplicar os núcleos, fazer o Bloco crescer também nas periferias das cidades, criar condições para a organização dos jovens em todos os distritos, envolver os mais explorados e oprimidos no trabalho militante, nas posições de direcção como a Coordenadora, na luta unida de todos os explorados e oprimidos pelo socialismo.

A LISTA D DEFENDE:

- Que a Coordenadora deve dedicar-se com especial atenção à construção de núcleos de jovens nas zonas onde se concentram as populações mais exploradas e oprimidas, como os bairros da periferia de Lisboa;
- A produção, em paralelo com a publicação periódica dos jovens (Pão & Cravos), de material de formação política sobre história do movimento socialista e todas as lutas contra a opressão machista, homofóbica, racista e de qualquer outro carácter;
- A solidariedade mais activa possível com todos os grupos de activistas anti-racistas, feministas, LGBTQI+, defesa do ambiente e dos direitos dos animais, pelos imigrantes ou que combatam qualquer forma de opressão;
- A orientação dos jovens para a militância nos movimentos e colectivos de activismo dedicados a combater formas de opressão, de forma a enriquecer a política do Bloco de Esquerda com as experiências dos movimentos, e a política dos movimentos com a experiência do Bloco de Esquerda;
- A criação de debates internos sobre feminismo e luta LGBTQI+, no sentido de envolver o máximo de militantes na melhoria de uma cultura de organização que contrarie tendências machistas e sexistas, assim como tendências de menor participação da mulher e das pessoas LGBTQI+ na intervenção política.

POR UM BLOCO DE ESQUERDA SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO

Depois do processo de expulsão a que foram submetidos vários camaradas jovens do Bloco de Esquerda, não restam dúvidas de que o Partido está doente. A democracia interna nunca esteve tão débil como está hoje. E não é nenhum mistério a razão disso: sem órgãos democráticos de base, sem espaços de militância, é impossível manter o funcionamento democrático.

A política da direcção é sustentada pelo esvaziamento dos órgãos, pela liquidação dos núcleos e dos espaços de militância, e todos os que divergem dela são caluniados ou, agora, expulsos.

Este não é o rumo que o partido deve tomar! A Lista D está comprometida com a democracia interna, com a liberdade de pensamento e organização no partido. Todas as correntes políticas da esquerda devem ser bem-vindas ao Bloco e devem encontrar neste partido-movimento o espaço mais rico para o seu desenvolvimento político, no debate com as restantes correntes políticas. Só uma organização deste tipo pode de facto servir de instrumento de emancipação para uma classe trabalhadora tão heterogénea como a que temos hoje em Portugal. Só uma organização plural e democrática pode unir todos os explorados e oprimidos na luta contra o capitalismo!

^[1] Ver Jornal Avante, Dezembro 1941 (VI, série 5), sobre a luta dos estudantes contra o aumento das propinas durante o fascismo e Jornal A Cabra, Julho 2012, sobre os 20 anos de protestos contra as propinas desde a sua restituição em 1992

^[2] Pordata: Emigrantes: total e por tipo (1970 a 2015)

^[3] ILGA Portugal: Números da Violência contra as Pessoas LGBT em 2014

^[4] Organização Internacional para as Migrações: Global Migration Trends Factsheet (2015)

LISTA D

1. Minerva Martins, Lisboa, Lisboa, 11371
2. Tiago Toledo, Sintra, Lisboa, 11551
3. Luís Bento, Rio Maior, Santarém, 11133
4. Tomás De Sá Nunes, Lisboa, Lisboa, 10764
5. Mariana Mourinho, Lisboa, Lisboa, 11503
6. João Santos, Setúbal, Setúbal, 9393
7. Ana Gomes Branco, Caldas da Rainha, Leiria, 9901
8. Jorge Branco, Sobral de Monte Agraço, Lisboa, 12576
9. Eliana Oliveira, Montemor-o-Velho, Coimbra, 12375
10. Bianca Almeida, Lisboa, Lisboa, 12256

SUBSCRITORES:

Alexandre Fernandes, Lisboa
Ana Costa, Lisboa
Ana Gomes Branco, Leiria
André Menor, Lisboa
António Coelho, Lisboa
António Tomás, Porto
Bianca Almeida, Lisboa
David Cavaco, Lisboa
David Gomes, Lisboa
Eduardo Castro, Bragança
Eliana Oliveira, Coimbra
Francisco Pachecho, Porto
João Porfírio, Lisboa
João Santos, Setúbal
Jorge Branco, Lisboa
Leonardo Costa, Porto
Luís Bento, Santarém
Luís Rei, Lisboa
Manuel Botelho, Lisboa
Mariana Mourinho, Lisboa
Minerva Martins, Lisboa
Miguel Ângelo, Lisboa
Patrícia Gomes, Lisboa
Tiago Toledo, Lisboa
Tomás De Sá Nunes, Lisboa

MOÇÃO X DESTRUIR O CONFORMISMO, SABOTAR A HEGEMONIA

UMA GERAÇÃO ESMAGADA

Uma geração inteira de pessoas que estudam ou querem estudar, que trabalham ou querem trabalhar, enfrenta hoje uma brutal precariedade na vida, que adia para um futuro incerto os seus projetos. Recusamos esperar pelo futuro: é preciso lutar pelo presente e para isso é indispensável que nos organizemos coletivamente. No Bloco, escolhemos a resistência militante e o contra-ataque socialista como formas para derrubar a barbárie capitalista.

Consideramos ser premente a criação e o reforço de movimentos nas várias frentes que nos caracterizam. No que toca à Educação, está por construir outro caminho para uma escola democrática, inclusiva e pedagogicamente adequada ao modelo de sociedade mais justa e emancipada que queremos.

No Ensino Superior, os sucessivos recuos evidenciam a urgência de organizações estudantis que contestem a existência de propinas, que reforcem a luta contra o modelo fundacional e que construam alternativas a um financiamento privado que coloca as nossas vidas nas mãos dos grandes interesses económicos.

O direito ao trabalho é uma miragem: o que existe é cada vez mais precário e a falta de emprego empurra-nos para a emigração. É necessária a responsabilização do Estado na criação de políticas e condições que permitam a existência de um mercado laboral digno.

A legalização do trabalho sexual continua a ser uma das batalhas mais difíceis nesta proteção da dignidade e direitos laborais, sendo igualmente essencial garantirmos o acesso à saúde e à segurança no trabalho dxs trabalhadorxs sexuais. Uma sociedade justa é também uma sociedade que se possa desenvolver protegendo o ecossistema em que se insere. A nossa luta é também ecossocialista, pretendendo construir alternativas ao capitalismo que permitam que possamos viver neste mundo de forma sustentável.

Na habitação, recusamos a mercantilização deste direito que para nós terá de ser universal. Na luta emancipatória e no combate às discriminações, rejeitamos condicionar-nos por qualquer ideal imposto de normalidade. Reivindicamos o direito a fazer as nossas escolhas com dignidade - desde a maneira como queremos viver à maneira como queremos decidir morrer. A legalização das drogas e da eutanásia são bandeiras que não deixaremos cair.

Espelhamos neste documento muitas das nossas lutas, sabendo que existem tantas outras para as quais devemos continuar a criar alternativas. Temos um mundo novo para construir e esse mundo contará com todas elas.

I. EDUCAÇÃO BÁSICA E SECUNDÁRIA

A Revolução dos Cravos e o PREC que se lhe seguiu transformaram a política portuguesa e permitiram enormes avanços em diversas áreas, de que a educação é um dos bons exemplos. No entanto, sucessivos governos do centrão têm vindo a esvaziar o sentido das reivindicações e anseios populares, desvalorizando setores fundamentais como a educação. O governo do Partido Socialista liderado por José Sócrates deu um forte contributo nesta política de degradação. O ataque aos direitos laborais dos professorxs e o esquema de avaliação lançado por Maria de Lurdes Rodrigues (então Ministra da Educação) constituíram um feroz ataque à Escola Pública, que hoje se prolonga e aprofunda.

As medidas pedagógicas gravosas, como é exemplo a criação das aulas de substituição, serviram somente para um retrocesso a nível pedagógico. Uma escola virada para o espírito crítico e para a transformação social não pode admitir que quem estuda não tenha liberdade de escolher o que fazer quando não tem aulas.

É, por isso, que a discussão sobre novas políticas pedagógicas é essencial: um debate longo, mas que merece a dedicação de todos que, à esquerda, querem formar cidadãos e cidadãs livres. Neste âmbito, há alguns exemplos marcantes do que está mal e queremos mudar.

Desde 1984 que existe legislação sobre Educação Sexual nas escolas. A verdade é que ela nunca foi efetivada. A educação sexual, tal como as disciplinas que Nuno Crato eliminou (como a Área de Projeto ou a Formação Cívica) são basilares para uma formação que vá para além da Língua Portuguesa e da Matemática. Uma escola voltada para a formação humanista e integral deve recusar uma visão fechada, onde o único objetivo é a preparação para integrar um mercado de trabalho cada vez mais precário e desigual.

O programa «Parque Escolar» apresentou como objetivo reabilitar os estabelecimentos de ensino básico e secundário por todo o país. O espírito da medida foi positivo, a prática, no final de contas, apresentou outros resultados. A promiscuidade entre dinheiros públicos e interesses privados apresentou resultados danosos: quando algumas escolas contavam com material de ornamentação de milhares de euros, o resto do país gritava por tetos que não deixassem entrar água da chuva.

Houve erros na gestão pública deste programa, mas perante a falta de transparência e de envolvimento das populações e da comunidade escolar nos processos de decisão, quem pagou os erros foi esta última. Conhecendo a deterioração de condições de tantas escolas por este país, devemos pugnar pela luta por um investimento público transparente e de qualidade, que sirva de facto para melhores as condições de quem estuda e trabalha nas escolas.

Consideramos a discussão sobre o Modelo de Gestão das Escolas um tema central para a luta dos próximos tempos. Não se podem formar jovens para a democracia quando a própria escola é um espaço antidemocrático, com falta de poder de decisão e de portas fechadas a alternativas. Garantir que a imagem do diretor todo poderoso é substituída por órgãos coletivos de decisão onde os estudantes têm o pleno direito a participar tem de ser uma prioridade para os Jovens do Bloco.

Os projetos-piloto de municipalização do ensino, que se agravarão com o novo diploma de descentralização proposto pelo Governo do Partido Socialista, são terreno fértil para uma maior precarização das situações laborais de professorxs e funcionárixs, bem como um perigo para a definição de conteú-

dos curriculares, pois parte deles estarão sob alçada dos municípios e deveriam ser da responsabilidade do Ministério da Educação.

2. ENSINO SUPERIOR

Reconhecemos o atual modelo de financiamento do Ensino Superior como um dos principais problemas que este sector enfrenta. É inaceitável o peso que as propinas têm hoje para a sobrevivência das faculdades, mas sobretudo para as famílias, sendo um dos valores mais altos da União Europeia. Batermo-nos pelo fim das propinas, pela gratuidade do ensino enquanto direito fundamental, recusando a elitização do ensino superior, contra um mecanismo cruel que sobrecarrega quem tem menos possibilidades.

Recusamos a tendência, que se agravou com este governo, de um modelo de financiamento privado por via do aprofundamento do regime fundacional, que tem como principal objetivo mercantilizar ainda mais o ensino e desresponsabilizar o Estado das suas obrigações para com aqueles que estudam ou querem estudar.

Por outro lado, o regime fundacional contribui também para o aprofundamento da precariedade dos docentes. É urgente acabar com a quase escravização de investigadorxs, bolseirxs e alunxs que hoje dão aulas a troco de crédito ou nem são pagxs pelo seu trabalho.

O reforço da Ação Social Escolar é também uma prioridade. Importa que todxs xs estudantes do Ensino Superior tenham acesso a uma oferta pública de residências universitárias, cantinas públicas com qualidade e livres das concessões a empresas privadas (em que o preço da senha de alimentação não aumente de ano para ano), direito a consultas médicas gratuitas (nomeadamente consultas gratuitas de psicologia) e, acima de tudo, bolsas de ação social para todxs que delas necessitarem.

É urgente rever o regulamento de atribuição de bolsas de ação social de modo a garantir uma maior abrangência, que garanta que ninguém fica de fora. As bolsas não podem servir apenas para pagar propinas, e a natureza deste mecanismo deverá ser vocacionada para apoiar xs estudantes nas despesas do dia a dia, desde o passe social dos transportes (que deveria ser gratuito para toda a gente) ao material escolar básico.

No que toca ao funcionamento dos espaços da faculdade e modelos de relacionamento, importa recusar a praxe e apoiar a criação de modelos alternativos de integração de novxs estudantes. O ensino superior é o embrião de um futuro de sociedade, onde se pode e deve criar o projeto piloto de uma sociedade melhor. A integração dos novxs alunxs não pode passar pelo incentivo ao pensamento acrítico e práticas hierarquizadas, que replicam as opressões do resto da sociedade. Defendemos o apoio desinteressado, sem tentativas “controleiristas” e paternalistas, a uma integração inclusiva, horizontal e crítica.

A organização dos estudantes é urgente para contestar a existência de propinas (bem como todo o tipo de taxas e emolumentos no ensino superior), para o reforço da luta contra a transformação das nossas universidades públicas em fundações de direito privado, para construir e debater modelos de ensino cada vez mais compatíveis com a sociedade que queremos. A mercantilização do Ensino Superior fecha horizontes e alternativas. É urgente lembrar que não somos matéria-prima a ser moldada

consoante as necessidades dos interesses privados.

Embora caiba à Coordenadora a interligação, o apoio e o incentivo a essa intervenção dxs membros do Bloco nos seus locais de estudo, consideramos que xs ativistas de cada faculdade ou instituto saberão melhor qual a estratégia que deve ser adotada. Seja através da disputa de Associações de Estudantes, pela criação de coletivos ou de núcleos, seja pela dinamização de campanhas específicas ou qualquer outro meio adequado às condições materiais e subjetivas existentes.

3. EMANCIPAÇÃO FEMINISTA E LGBTQIA +

Todos os dias estamos expostxs a uma sociedade misógina, transfóbica, homofóbica. A objetificação e normatização do corpo como se este não pertencesse à pessoa que o possui e o constrói controlam e condicionam as pessoas que nos tornamos e a nossa emancipação. No entanto, é importante saber reconhecer as vitórias que fomos conseguindo: na legalização do casamento e adoção por parte de casais de pessoas do mesmo sexo, no alargamento da Procriação Medicamente Assistida a todas as mulheres, no enquadramento legal da gestação de substituição, na luta pelos direitos das pessoas trans.

Estas vitórias são um bom impulso para continuarmos nos diferentes combates, pelo reconhecimento total do direito à autodeterminação dos nossos corpos e identidades, pela despatologização das identidades trans, renovando o compromisso pela participação nos movimentos sociais e contestações por uma lei que dê a cada umx a soberania sobre o seu corpo, o seu género e o seu nome.

Mas a nossa luta tem de ir muito além de uma disputa de alterações legislativas. Reconhecemos que o preconceito grassa com a ignorância e partimos do direito inalienável que temos à emancipação e à igualdade. É necessário desconstruir, discutir de uma forma aberta e descomplexada, dinamizando debates, campanhas, espaços e contestações que deem presença e visibilidade pública às pessoas e aos grupos marginalizados.

Xs jovens do Bloco de Esquerda, pelo modo como se organizam, pelas iniciativas que promovem e pelas campanhas que constroem e divulgam, pretendem também criar uma cultura e prática feminista emancipatória. O machismo e o conservadorismo da nossa sociedade reproduzem-se em diversas formas e são transversais a todos os espaços, inclusive os nossos, sendo por isso essencial garantir a igualdade, sendo feministas em todas as práticas, e levar o feminismo a todas as lutas, porque a luta anticapitalista tem de ser interseccional.

4. SAÚDE

A saúde é uma das garantias mais incontornáveis da qualidade de vida, não podendo ser deixada nas mãos dos privados nem sujeita aos aproveitamentos das seguradoras que transformam a insuficiência de resposta do Serviço Nacional de Saúde, fruto da falta de investimento público, numa fonte de rendimento própria.

Um Serviço Nacional de Saúde para as pessoas tem de se pautar por uma medicina preventiva, de qualidade, o que só se faz com recursos suficientes para que todxs possamos viver saudavelmente

sem recorrer aos serviços de saúde apenas em caso de última necessidade. Para isso, é preciso mais investimento com vista a modernizar os hospitais, centros de saúde, para contratar mais profissionais, de forma a garantir médicos de família para todos e diminuir o tempo de espera por consultas.

A saúde não se faz apenas entre paredes de consultório. É necessário garantir a informação relativa à saúde sexual, o que passa também por uma melhor e mais inclusiva Educação Sexual, pela distribuição gratuita de métodos contraceptivos e de prevenção de DSTs, sem discriminação, criando um ambiente seguro para que todos possamos viver de forma saudável a nossa sexualidade. É, aliás, importante que debatamos a relação entre saúde e pessoas LGBTQIA+ de forma a que ninguém seja obrigado a esconder-se, pondo em risco a sua saúde por motivos de conservadorismo e discriminação.

Defendemos um Serviço Nacional de Saúde gratuito, com capacidade para oferecer todos os cuidados de saúde necessários - a saúde não é um negócio, é um direito fundamental de todos sem critério de exclusão algum.

5. LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

Portugal foi o pioneiro Europeu na descriminalização das drogas, estabelecendo um exemplo mundial sobre a forma como o consumo deve ser encarado. Esta mudança foi fruto da consciência do falhanço que se revelou o proibicionismo, mas não chega.

Se há 16 anos o consumo de drogas, fossem elas leves ou duras, era considerado crime, hoje é tratado como doença por uma sociedade conservadora que nos tolha as liberdades individuais, que recrimina consumidores e promove consumos desinformados e irresponsáveis.

O proibicionismo entrega perigosamente o fabrico e gestão de drogas a grupos que em nada se preocupam com o bem-estar de quem as consome. Precisamente pela sua ilegalidade, a obtenção desinformada e ilimitada de drogas torna o consumo num problema de saúde pública: legalizar significa disponibilizar a segurança e informação necessárias a quem queira consumir, aproveitando ainda para sugar as fontes de rendimento das organizações de crime organizado ligadas ao tráfico.

Nos últimos anos, assistimos a importantes avanços no enquadramento legal das drogas, em particular as drogas consideradas leves. A legalização da cannabis, tanto para consumo medicinal como recreativo, é um passo óbvio e que não podemos deixar cair em moralismos. É importante que se agarre esta onda e se discuta, igualmente, como encarar o consumo de drogas duras, onde é urgente o reforço da promoção de consumos responsáveis e informados, o combate a dependências e o apoio à toxicodependência através da criação de salas de injeção medicamente assistidas.

6. DIREITO À HABITAÇÃO

O direito à habitação tem de ser um direito humano universal. No entanto, os entraves monetários e o agravamento das condições de acesso à habitação têm tornado o alojamento digno e permanente um luxo para um grupo cada vez mais restrito.

O sobre-endividamento e os altos encargos financeiros ligados ao financiamento imobiliário, ao qual

as famílias são forçadas a incorrer para poderem ter um teto, tem resultado no agravamento das situações de pobreza, no perigo iminente de despejo e num número crescente de pessoas sem casa. No caso dxs jovens, o problema agrava-se: com a precariedade instalada nas nossas vidas, as rendas assumem valores incomportáveis e o turismo massificado tem nos roubado o usufruto das nossas cidades, destruindo-nos a possibilidade de autossustento e de independência.

É premente combater um sistema que vê a habitação como um negócio de obtenção de rendas, ao mesmo tempo que têm de ser seriamente consideradas políticas públicas de ordenamento de território que impeçam a especulação imobiliária, que deixa tanta casa sem gente e tanta gente sem casa.

7. RACISMO

O racismo arrisca-se a ser uma avalanche no panorama internacional. Encontramo-nos hoje perante a perspectiva de uma Europa e de um mundo onde o racismo, o nacionalismo e a xenofobia são mais uma vez as forças dominantes no panorama político.

Trump, Marine Le Pen, Órban, são sintomas de uma maré conservadora que se alimenta do desespero causado por décadas de políticas neoliberais. Apenas a solidariedade entre povos e lutas permitirá travar essa ofensiva.

Já em Portugal, onde essa maré ainda não chegou, o racismo é ainda assim uma realidade constante. A mentalidade colonial nunca foi abandonada, e as condições materiais que perspectiva para as minorias concretizam-se diariamente pelas pressões do modo de produção capitalista. Para nós, colonialismo bom é o colonialismo morto, e é nesse caminho que queremos seguir.

Nesse sentido, importa combater a marginalização das comunidades afrodescendentes, imigrantes, ciganas e outras. Um exemplo particularmente claro desta marginalização são os despejos na Amadora, onde a recente destruição de casas de famílias mais suscetíveis, na sua maioria imigrantes, foi feita sem existência de uma alternativa digna de habitação para todas as pessoas que lá viviam, em prol de um fundo imobiliário. Algo que ilustra bem como o mastigar inexorável do capitalismo sobre vidas de todxs xs que dependem do trabalho para viver é ainda mais cruel para quem faz parte destas comunidades.

Existem muitas outras formas de discriminação e agressão racista. De programas escolares eurocêntricos, que propagam a narrativa salazarenta dos “Descobrimientos”, à discriminação no mercado trabalho, aos impedimentos à habitação, em particular à comunidade cigana, aos entraves à naturalização, a violência policial, etc. Toda e cada uma destas formas de agressão tem de ser combatida de um modo resolutivo.

Empenhar-nos-emos na desconstrução dos mitos racistas e xenófobos, em prol de uma sociedade diversa e justa onde ninguém é estrangeirx. Defendemos que quem nasceu em Portugal, quem cá vive ou queira viver, deve ter nacionalidade portuguesa. Temos noção que esse combate é feito também nas instituições, mas sobretudo nas ruas e nos bairros, onde esse confronto é direto, cara a cara com a realidade. Importa dar um apoio desinteressado às comunidades afetadas e às suas organizações, para que se tornem cada vez mais agentes ativos na sua própria emancipação.

8. DIREITO AO EMPREGO

Durante os anos da troika e governo PSD/CDS, o aumento da precariedade foi gritante: hoje em dia, 1/3 da população ativa tem empregos precários. Xs jovens são a faixa etária mais afetada, com níveis de desemprego e pobreza crescentes. Generalizou-se a chamada geração nem-nem, onde não se consegue estudar, mas também não se tem emprego.

A relação de exploração entre patrão e trabalhador agravou-se. Hoje é a empresa que define os termos do emprego, fazendo crescer a seu bel prazer o número de trabalhos parciais, a termo, temporários, a recibos verdes, onde a relação contratual com quem emprega e a proteção social para quem trabalha são muito fracas, se não inexistentes.

As políticas ativas de emprego que têm sido promovidas compactuam com estes ataques à dignidade humana, desvalorizando as formas de contratação coletiva que garantiam que esta relação de forças fosse feita de forma menos injusta e mais equitativa. Estes ataques passaram por promover estágios mal remunerados, falsos estágios e contratos de emprego inserção (CEI) que remetem xs jovens para uma precariedade sem fim, ao mesmo tempo que mascaram o verdadeiro nível de desemprego, abrindo ainda espaço para que empresas que paguem o salário mínimo possam ser premiadas com reduções de taxas.

É necessário romper com todas as formas de precariedade no mundo do trabalho, alterando as legislações que as promovem e legitimam. É necessário rever as políticas ativas de emprego para que o desemprego possa ser realmente medido e mitigado - não queremos estágios sem fim, não queremos mais apoios a um empreendedorismo retorcido enquanto os direitos totais para xs trabalhadorxs não forem restabelecidos.

É necessário que quem trabalha e/ou quer trabalhar se organize; não apenas no modelo tradicional de sindicatos, mas na criação de movimentos de trabalhadorxs em cada local e setor, capazes de responsabilizar os governos vigentes e as empresas- queremos recuperar o poder negocial e trazer de volta as vidas dxs trabalhadorxs.

9. ORGANIZAÇÃO

A Coordenadora Nacional de Jovens deve desempenhar um papel impulsionador na intensificação dos contactos entre ativistas de diversas geografias, concedendo um apoio logístico e organizativo que poderá ser fundamental e que recusa qualquer tipo de controlo sobre os movimentos sociais.

Deverão ser dinamizadas campanhas nacionais que mobilizem xs militantes, identificando soluções alternativas que deem corpo às várias lutas da esquerda. A Coordenadora Nacional de Jovens deverá igualmente procurar criar todas as condições para um maior envolvimento dxs militantes de base de todo o país.

Por um lado, deve-se constituir um meio de comunicação entre xs jovens das várias regiões e, por outro, apoiar a criação de núcleos de jovens por todo o país, dando-lhes força política e tornando possível que iniciativas locais possam ser replicadas em todo o país, do litoral ao interior. Todo este trabalho deverá ser acompanhado de um reforço do apoio logístico do partido, considerando que a CNJ, pela sua constituição, não conseguirá responder a todas as solicitações.

Assim, a Coordenadora Nacional de Jovens propõe-se a dar seguimento às seguintes iniciativas:

- Criação de manual de desobediência civil / sobrevivência anticapitalista;
- Apoio a movimentos e coletivos que militem nas causas que o Bloco de Esquerda se propõe defender. Este apoio, logístico ou de outra natureza, terá de ser desinteressado, rejeitando qualquer tipo de controle e quebra na autonomia de cada organização;
- Dinamização de campanhas nacionais de grande âmbito, tais como:
 - Campanha nacional contra a precariedade jovem;
 - Campanha nacional pelo fim das propinas;
 - Dinamização de espaços organizados de luta feminista e LGBTQIA+;
- Criação de uma newsletter de 6 em 6 semanas, que inclui minutas das reuniões da CNJ, Pão e Cravos, textos políticos da CNJ, eventos e contactos;
- Criação de uma plataforma digital comum a todxs xs militantes por forma a garantir trocas de informação de ativismos mais frequente e ágil;
- Estimulação da ligação com outros grupos setoriais do Bloco de Esquerda para construir ação conjunta;
- Promoção de reuniões da CNJ nos vários distritos, incentivando o contacto com militantes locais;
- Criação de um blog para uma edição estendida do Pão e Cravos;
- Garantia de um contato regular com os diversos locais, responsabilizando xs membros da CNJ por esse contato em cada distrito/local;
- Discussão da presença em fóruns internacionais e trocar contactos com outras organizações internacionais para que camaradas que estejam a estudar/trabalhar/viver em Portugal possam trocar experiências de ativismo e participar na construção do Bloco e vice-versa;
- Elaboração de planos de atividades semestrais e realização dos respetivos balanços da atividade da CNJ;
- Divulgação da Ordem de Trabalhos antes das reuniões da coordenadora para que os locais onde há organização possam enviar contributos para o debate ou sugerir pontos para discussão;
- Co-participação na organização das brigadas de verão;
- Manutenção da organização do Liberdade e Inconformação, tentando melhorar cada vez mais estes espaços através dos contributos de todxs xs que participam.
 - Neste âmbito, a CNJ irá ponderar a possibilidade, sempre que possível, de descentralizar os debates do Inconformação e estendê-los no tempo
 - A CNJ deverá procurar realizar um evento complementar ao Inconformação, que seja virado para o ativismo contra-cultural numa lógica não-mercantil, pondo em contacto projetos autónomos anti-hegemónicos
- Realização do Encontro Nacional de Ativistas em 2018.

LISTA X

Sara Santos nº 9779 Porto
Izaura Solipa nº 11048 Santarém
João Rodrigues nº 10538 Lisboa
Mafalda Escada nº 10517 Lisboa
Luís Monteiro nº 6393 Porto
Catarina Alves nº 11441 Porto
Mariana Garrido nº 12097 Coimbra
Ricardo Gouveia nº 9357 Lisboa
Inês Bom nº 10414 Setúbal
Margarida Rolo nº 11687 Braga
Xavier Gaspar nº 11051 Leiria
Andreia Quartau nº 11049 Lisboa
Diogo Alexandre nº 12249 Setúbal
Ana Martins nº 6425 Lisboa
Fábio Capinha nº 11675 Leiria
Manuel Fernandes nº 11068 Porto
Diego Garcia nº 11602 Viseu
Filipa Menezes nº 10939 Santarém
Francisco Pascoal nº 12538 Santarém
Diogo Henriques nº 12424 Madeira

SUBSCRITORXS

Afonso Moreira, 10022, Lisboa
Alexandra César, 12749, Porto
Amarílis Felizes, 9877, Porto
Ana Barbara Pedrosa, 6447, Braga
Ana Martins, 6425, Lisboa
Ana Rita Ensina, 12724, Setúbal
Ana Rosa, 9702, Leiria
Ana Teresa, 11749, Lisboa
André Nogueira, 11211, Porto
André Rodrigues, 11874, Lisboa
André Santos, 9954, Aveiro
Andreia Quartau, 11049, Lisboa
António Gil Cucu, 9690, Porto
Beatriz Arnedo, 11828, Setúbal
Beatriz Farelo, 12474, Lisboa
Bruno Pereira, 12193, Viseu
Carolina Vieira, 12407, Lisboa

Catarina Agreira, 12533, Coimbra
Catarina Alves, 11441, Porto
Catarina Galego, 12105, Lisboa
César Sousa, 11666, Aveiro
Cíntia Cardoso, 8170, Lisboa
Cláudia Valente, 12813, Aveiro
Diego Garcia, 11602, Viseu
Diogo Alexandre, 12249, Setúbal
Diogo Almeida, 11617, Porto
Diogo Carvalho, 12231, Leiria
Diogo Henriques, 12424, Madeira
Diogo Sousa, 11767, Madeira
Duarte Vaz de Barros, 10351, Aveiro
Eduardo Marques, 6446, Viseu
Elina Grecova, 11453, Faro
Fábio Capinha, 11675, Leiria
Filipa Menezes, 10939, Santarém
Filipe Teles, 11832, Lisboa
Francisco Félix, 12601, Lisboa
Francisco Pascoal, 12538, Santarém
Gisela Carvalho, 12310, Porto
Gonçalo Cabral Ferreira, 8568, Porto
Gonçalo Mota, 10657, Porto
Gonçalo Pessa, 8545, Lisboa
Henrique Vicente, 10481, Leiria
Inês Bom, 10414, Setúbal
Inês Fogageira, 12023, Porto
Inês Ribeiro, 9412, Lisboa
Inês Santos, 5334, Lisboa
Inês Tavares, 9721, Lisboa
Isabel Pires, 6734, Lisboa
Izaura Solipa, 11048, Santarém
Joana Pires, 11465, Lisboa
Joana Soares, 12229, Porto
João Cosme, 8884, Coimbra
João Martins, 12136, Porto
João Mineiro, 6566, Lisboa
João Neto, 10871, Viseu
João Rodrigues, 10538, Lisboa
Jorge Santos, 7882, Porto
Jorge Ventura e Sá, 11877, Aveiro
Luís Gabriel Fernandes, 11858, Aveiro
Luís Monteiro, 6393, Porto

Luísa Silva Gomes, 10592, Porto
Mafalda Escada, 10517, Lisboa
Manuel Fernandes, 11068, Porto
Manuel Lourenço, 12315, Lisboa
Manuel Magalhães, 12520, Leiria
Marcelo Sá Andrade, 10840, Aveiro
Márcia Pereira, 12093, Lisboa
Margarida Rolo, 11687, Braga
Maria Francisca Ferreira, 10795, Guarda
Maria Francisca Pinto, 12577, Porto
Maria Lebreiro, 11484, Porto
Mariana Garrido, 12097, Coimbra
Mariana Gomes, 10023, Castelo Branco
Mariana Olho Azul, 12554, Lisboa
Mariana Rego, 10446, Porto
Marlene Santos, 12084, Porto
Marta Costa, 11157, Setúbal
Marta Fonseca, 11161, Setúbal
Marta Giesta, 9884, Porto
Mateus Sadock, 12406, Leiria
Micaela Jesus, 11350, Setúbal
Miguel Gomes, 12080, Lisboa
Miguel Magalhães, 11377, Lisboa
Miguel Pereira, 12203, Lisboa
Miguel Pinheiro, 10360, Faro
Pedro Abrantes, 12391, Viseu
Pedro Alves, 10062, Aveiro
Pedro Bento, 12185, Castelo Branco
Pedro Cortez, 11530, Lisboa
Rafael Fernandes Boulair, 10214, Porto
Raquel Jesus, 11459, Porto
Ricardo Gouveia, 9357, Lisboa
Ricardo Silva, 12078, Santarém
Rosalina Silva, 12040, Porto
Salomé Ventura, 12493, Aveiro
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa
Sandra Góis, 11006, Santarém
Sara Santos, 9779, Porto
Sara Schuh, 9088, Lisboa
Sérgio Veloso, 12613, Braga
Tiago dos Santos, 12710, Porto
Valérie Branco, 7045, Viana do Castelo
Vanessa Abreu da Silva, 10190, Aveiro
Xavier Gaspar, 11051, Leiria

CONTRIBU[~]ÇOS DE REFLEXÃO

VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

AS LUTAS DA JUVENTUDE: DISPUTAR A HEGEMONIA PARA GANHAR O FUTURO

RAFAEL BOULAIR FERNANDES

A crise de 2008 trouxe o regresso da História e, com ela, o regresso da juventude como sujeito político de importantes combates. Vimo-la ocupar as Plaza del Sol em Madrid, participar no poderoso movimento Occupy do outro lado do Atlântico e, muito recentemente, a Place de la République, em Paris, no contexto da luta contra a famigerada lei “El Komri”. Vimos a tomada de consciência de uma geração literalmente à rasca e sem futuro, que tomava nota dos efeitos nefastos provocados pela crise e decidia sair à rua, protestar e defender a sua vida.

A juventude tem, per si, um pujante e notável potencial revolucionário e de radicalização política. Mas não devemos concluir dessa premissa que ela é, em qualquer contexto, de esquerda. Recordamos o seu apoio entusiástico em Cavaco Silva, Thatcher, Reagen e a outros dos protagonistas do neoliberalismo. Como alertava com inteligência o dirigente da Izquierda Unida Julio Anguita, não basta ser jovem para se estar deste lado da vida: há jovens que são fascistas. É precisamente face aos novos populismos de direita que agora assolam a Europa e os Estados Unidos e ao velho monstro do fascismo que cada vez mais mostra os dentes que nos cabe reagir e contratar. Como vimos com a eleição de Trump, o eleitorado da classe média proletarizada facilmente cai para o lado do populismo reacionário e tal se deve à tibieza e fraqueza das propostas e da intervenção política da esquerda (nos caso dos Estados Unidos deve-se muito claramente ao apoio de Sanders à candidata oficial da burguesia). Ora, a juventude é crucial nessa disputa entre os dois campos que agora disputam a hegemonia e o poder, como representam Bernie e Trump nos Estados Unidos, Mélenchon e Le pen em França ou o Die linke e a extrema direita na Alemanha. Se queremos trazer a juventude para o campo do Socialismo para com ela caminhararmos levantados do chão e cortarmos as pernas à besta fascista, devemos refletir sobre a estratégia a levar a cabo.

Como Bernie Sanders fez, um discurso transformador precisa de reinventar a dialética de classe com a referência constante ao choque entre os 99% e os 1%. Cabe-nos definir com rigor e detalhe as fronteiras de classe, o nós e o eles, para impedir apelos vagos e difusos, mas efetivos por parte do inimigo à working class, como fez Trump.

Os jovens precisam de se sentirem identificados com a classe a que pertencem. Largas camaras da juventude sentem-se politicamente desorientadas julgando pertencer a uma classe média que sempre se achou integrada no sistema quando, na verdade, são classe trabalhadora. Forjar uma consciência de classe lúcida e pertinente não só nos protege amplamente do inimigo como nos facilita o trabalho para ganhar o futuro para a classe trabalhadora.

A segunda tarefa é de cariz prático. Nesta luta de opostos, os combates concretos são a melhor maneira de travar a hemorragia para o campo do inimigo. Não podemos estar apenas contra. Precisamos de algo por que lutar.

PRIVATIZAR A ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA? NÃO, OBRIGADO!

DIOGO HENRIQUES

Desde 2010, o futuro turístico e hoteleiro da Madeira está dependente de um privado. No dia 1 de Setembro de 2010, o Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal passou a coordenar a EPHTM. O contrato de concessão tem a duração de 15 anos. Após sete anos de gestão, é fácil fazer uma reflexão: a qualidade piorou. É urgente fazer com que a EP Hotelaria e Turismo da Madeira voltem a ser uma escola pública de qualidade e com prestígio internacional.

Sendo o Turismo e a Hotelaria as principais atividades motoras da economia madeirense, não pode um alicerce desta importância, como é a qualificação e formação dos alunos, estar a ser concessionado por uma entidade privada.

É urgente o Governo Regional fazer uma reestruturação de políticas e assumir as suas responsabilidades na formação destes jovens. Queremos um executivo que lute por uma escola de qualidade, prestígio e com garantias de empregabilidade dignas pós-curso. Não é correto continuarmos a assumir que este serviço deve ser privado, até porque a única visão desta entidade é a rentabilidade económica e não o ensino inclusivo e crítico. Queremos uma EPHTM que reflita os parâmetros da sua fundação: uma escola pioneira no setor.

Em dezembro de 2016, foi revelado que a CELFF paga mensalmente 16.667 euros pela concessão, sendo que o último pagamento foi efetuado até aos últimos quatro meses de 2010. Este processo de privatização é tão nebuloso que a própria empresa que gere atualmente a escola já deve rendas ao Governo Regional, mas este parece não estar muito incomodado com o problema. O Governo regional nunca recorreu aos instrumentos contemplados no Código de Contratos Públicos, para receber as rendas devidas, com exceção da garantia bancária no valor de 90 mil euros. O que conduziu à não arrecadação de receita desde janeiro de 2011, acrescida de juros.

Estamos perante um lobby, entre muitos que invadiram a gestão política na Madeira. O estado de decadência é conhecido por todos. Nada mais do que isso. Precisamos de o combater. Queremos a Escola de Hotelaria e Turismo de novo para a esfera pública. As desvantagens na alienação da gestão da esfera pública estão à vista. Basta de concessão! Basta de privatização!

CONTRIBUTO PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO

BEATRIZ FARELO E CAROLINA VIEIRA

É mais que óbvia a necessidade de uma mudança urgente no nosso sistema educativo.

Assistimos, hoje, a uma “Escola-fábrica”, que valoriza os seus alunos, em longas jornadas de aulas que são, na sua grande maioria, sobrecarregadas com trabalhos para casa, como se o pouco tempo livre que têm fosse considerado apenas uma utopia. Estes alunos são também, à semelhança dos produtos industriais, submetidos a um rigoroso processo de peneiração, de rejeição, para satisfazer, nada mais, nada menos, que as necessidades do mercado de trabalho. Para isto, contribui a excessiva centralização da avaliação nos Exames Nacionais, que cega as Escolas com um “véu da fama”: deixámos de viver em tempos onde a Escola serve os alunos, para viver em tempos onde a Escola beija a mão aos rankings.

“Se continuarmos a julgar um peixe pela sua capacidade de subir árvores, ele vai viver o tempo todo a achar que é burro”. E não será está a realidade que milhares e milhares de alunos estão a viver nas nossas salas de aula?

Contra toda esta tradição, há que lutar por uma maior democracia na gestão das escolas, em contraste com a pesada hierarquia existente. Há que promover uma maior cooperação entre as entidades escolares, que substitua a competitividade entre as mesmas. Há que desejar uma educação que sensibilize para a sustentabilidade do planeta e para a importância das energias renováveis, valorizando os trabalhos manuais.

Somos todos diferentes, todos temos pontos fortes e fracos, e é isso que dá força e unidade à nossa sociedade. Imagine-se um sistema educativo que trabalhe os pontos fortes e os pontos fracos de cada aluno, ao seu ritmo. Ou, melhor, um sistema que promova que os alunos trabalhem os pontos fracos e fortes do próximo. Apenas utópico? Não. Possível? Sim.

Neste sentido, há que mobilizar os alunos e as alunas de todo o país, utilizando uma linguagem mais clara e acessível a todos e todas. O Bloco de Esquerda deve conseguir atingir a população escolar, os alunos e as alunas que precisam de uma voz. Com mais força, esta luta conseguirá chegar ao Ministério da Educação, que não verá mais alternativas senão reunir de vez com representantes de toda a comunidade educativa para que, de uma vez por todas, o sistema educativo seja repensado e alterado.

SOBRE POLÍTICAS PARA O DESPORTO

DANIELA ALVES E LUÍS MONTEIRO

É verdade que a questão das políticas públicas para o setor do Desporto e da atividade física não foram, nos últimos anos, matéria de discussão política no Bloco. Vivemos, objetivamente, um défice de proposta política nesta área. E, ao mesmo tempo que esse défice é um facto, sempre tivemos camaras-das no Bloco (até organizados nos espaços jovens do partido) interessados no desporto.

Existe hoje na opinião pública uma maior preocupação com a atividade desportiva e a saúde. A verdade é que nem sempre a progressiva preocupação da sociedade civil com estes temas tem encontrado eco nas políticas públicas para o Desporto e, nomeadamente, para o Desporto Universitário. Pensar, hoje, a relação ds estudantes com o desporto, é pensar que responsabilidades tem um serviço público como o Ensino Superior e que áreas de ação social deve ou não tocar.

Planear um real investimento em políticas públicas para o Desporto Universitário é responder, automaticamente, milhares de jovens estudantes do ensino superior, o único espaço acessível para manterem uma prática desportiva efetiva.

Neste processo, há dois caminhos a percorrer que se complementam. Em primeiro, precisamos de pensar o acesso, prosseguimento e apoios que os atletas têm no ensino superior e, em segundo, apostar nas infraestruturas físicas disponíveis para a prática desportiva, a sua qualidade e o seu custo. Reforçar o financiamento do IPDJ e das Instituições de Ensino Superior para o Desporto e, ao mesmo tempo, saber que equipamentos que estão obsoletos pode ser um primeiro passo para dignificar a prática de tantos e tantas que fazem do Desporto, a par com os estudos, a sua vida do dia a dia.

PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

BEATRIZ ARNEDO

Em Portugal, vivemos em Democracia. Mas não uma Democracia Social plenamente consolidada. As discrepâncias existentes no Ensino Superior são prova disso mesmo.

O constante aumento de abandono escolar é uma não-questão para certas forças políticas, que preferem ser cegas à Constituição e fazer do Ensino espaço exclusivo das classes mais favorecidas. Mas é urgente travar a crescente onda de desistências no Ensino Superior, sintoma das desigualdades sociais e políticas de filtragem dos estudantes. O problema não só coloca em causa a essência do que é um país verdadeiramente democrático, como também transforma o que devia ser um direito num privilégio.

Portugal tem das propinas mais altas da Europa e os sucessivos Governos optam por negligenciar a situação. A diminuição do financiamento público às instituições origina uma crescente dependência financeira, que procura a solução precisamente nas propinas pagas pelos estudantes. A sustentabilidade do sistema de ensino está na corda bamba e os entraves ao desenvolvimento do nível de qualificação profissional convergem para uma só direção: uma sociedade mais pobre, uma economia mais fraca e uma qualidade de vida mais frágil. É incontestável que uma população mais qualificada se traduz num país mais justo e mais democrático.

As Universidades e Politécnicos não podem continuar a ser geridas como se de empresas se tratassem, nem os seus estudantes podem continuar a ser tratados como clientes. Somos cidadãos! Não estamos a comprar um simples produto ou serviço; estamos a ingressar numa instituição para adquirirmos conhecimentos e capacidades, a qualificar-nos para o mercado de trabalho. E essa oportunidade de qualificação é, impreterivelmente, uma obrigação do Estado português. Assim o defende a Constituição da República, que expressa no artigo 73º que o “Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas,

sociais e culturais”

Um país nunca poderá avançar se não tiver um sistema de ensino sem filtros, que não contribua para a sub-representação das camadas sociais mais desfavorecidas.

O sistema capitalista barra o acesso ao Ensino e torna-o quase exclusivo das elites. Mais uma vez, estamos perante um atropelo brutal à Constituição, que no artigo 74º declara que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”. Assim sendo, não podemos permitir que as desigualdades escolares sejam sintomáticas das desigualdades sociais.

Se há quem diga que há demasiados licenciados em Portugal, se há até quem os convide a sair do nosso país e encontrar soluções mais amigáveis, há também quem defenda que a educação está na base de todo o desenvolvimento de uma sociedade.

Desde de 2000, ano em que estamos representados na Assembleia da República, o Bloco tem uma ação incessante no combate às propinas.

A solução passa por garantir transferências financeiras para as instituições de Ensino Superior, como forma de reduzir o financiamento através das propinas pagas pelos estudantes e consolidar, desta forma, a democratização do Ensino, recusando a sua elitização. Defendemos que a Educação é um direito que assiste a qualquer cidadão que queira prosseguir estudos, independentemente da sua capacidade financeira.

O Bloco de Esquerda sabe escolher o lado certo da barricada e mostra estar do lado das pessoas.

A LUTA NÃO ACABA NA CONFERÊNCIA, APENAS COMEÇA AQUI!

SARA SANTOS

Nesta sexta conferência de jovens do Bloco de Esquerda que se prevê fortemente participada é importante acima de tudo entender o contributo político que este grupo de trabalho terá no ativismo jovem nos próximos dois anos. Só com um debate amplo e participado sobre os mais diversos temas é que será possível ganhar fôlego para as lutas que se avizinham para os próximos tempos.

A luta deve passar portanto à prática. Devemos continuar a ser ativos na luta contra as propinas, tanto em AE's como em núcleos de estudantes, ou nos mais diversos movimentos. Devemos recusar a Universidade/Fundação bem como qualquer tipo de taxas e emolumentos no Ensino Superior. Não devemos no entanto descurar as lutas no ensino básico e secundário e promover a representatividade dxs estudantes nos órgãos de gestão das próprias escolas, muitas vezes relegadxs para segundo plano. Teremos que mais uma vez recusar a municipalização do ensino que põe em causa a democracia interna das estruturas e gera ainda mais precariedade no ensino.

A precariedade laboral que atinge cada vez mais a população jovem deve ser uma preocupação desta

Coordenadora Nacional de Jovens, não devendo assim cair no erro de esvaziar o debate no ensino superior, já que muitxs jovens trabalham, ou estudam e trabalham ou simplesmente não têm capacidades financeiras para prosseguir estudos.

É importante entender também que participação xs jovens do BE terão não só na próxima campanha autárquica mas também na própria construção das listas da mesma. Temos já deputadxs tanto de freguesia como municipais jovens, devendo haver renovação de mandatos nestas eleições sem qualquer tipo de discriminação em relação à idade. Xs camaradas jovens que pertençam a concelhias fora das grandes capitais de distrito, devem para além de obviamente participarem activamente nas actividades distritais, serem incentivadxs a uma maior intervenção nas suas próprias concelhias. É importante por isso descentralizar actividade quando possível, e apoiar as iniciativas concelhias, principalmente aquelas que se enquadram no grupo de trabalho que é a CNJ.

O debate e ação não pode começar e terminar na conferência nacional de jovens! Deve pois ser um mote e incentivo para o trabalho político que nos aguarda em todos os espaços do movimento.

NÚCLEOS OU REDES DE ATIVISTAS? DINÂMICA OU BUROCRATIZAÇÃO DA ESTRUTURA?

LUÍS MONTEIRO, GONÇALO CABRAL FERREIRA E XAVIER GASPAR

O debate à Esquerda só pode ser plural, aberto e sem medos de discutir paradigmas e paradoxos, sejam eles de ordem política ou organizacional. É isso que faz um partido. É assim que entramos e, garantidamente, que sairemos desta Conferência.

Na falta de proposta política concreta, rapidamente a discussão em torno da “ineficiência de criar movimento estudantil” se centra em questões organizativas. O debate que, errada e demagogicamente, contrapõe a criação de núcleos ou a “desorganização total” dos Jovens do Bloco, só baralha quem tenta encontrar no nosso partido um espaço de ativismo e formação política. Quantos partidos, no espectro nacional e internacional, apresentam organizações superorganizadas, burocratizadas, rígidas e onde nenhum militante fica de fora de uma frente de trabalho? A resposta levaria a um debate grande sobre os caminhos da esquerda. Porém, para a nossa discussão, basta ver, em Portugal quem, à esquerda, foi optando por esse tipo de organização de estrutura e os ganhos políticos que daí tirou. Há mais movimento estudantil quando os partidos se tornam mais rígidos? Não. Há mais movimento estudantil quando as barreiras que nós derrubamos são os argumentos da Direita que nos impõe uma agenda de retrocesso social.

A organização serve a política e não o contrário e, por isso, a dicotomia entre ter núcleos para criar agitação ou entregarmos os jovens à “bandalheira” é próprio de quem não consegue sequer apresen-

tar alternativas políticas à atual situação. (trocar uma não existência política por um órgão burocrático e centralizado está fora de questão). O debate tem de ser recentrado na política e nós cá estaremos para por o foco de volta à política. Não nos cabe a nós dizer aos camaradas como e quando se organizar nos seus espaços de ativismo e militância política, como também não podemos recusar apoiar os grupos que vão surgindo por esse país fora.

Lista candidata ou campanha interna sobre alterações aos Estatutos?

Há, neste debate entre os Jovens do Bloco, outra questão fundamental: a conferência de jovens não delibera sobre referendos do Bloco, nem sobre estatutos nem sobre a linha política geral do Bloco. Discute e delibera o trabalho setorial dos jovens, que está inserido no trabalho global do bloco e dos seus militantes. Querer fazer passar a ideia de que esta conferência de jovens servirá para acertar contas sobre o ponto de situação dos estatutos do Bloco e outras coisas afins é enganar os militantes na própria discussão: não, não vamos discutir os estatutos do Bloco nem tampouco vamos dançar ao som da música dos que querem utilizar este espaço de debate entre os Jovens do Bloco para pressionar órgãos nacionais do Bloco ou até futuras Convenções onde todos e todas poderão apresentar e votar alterações aos Estatutos.

A CNJ é um coletivo ou uma seleção nacional?

Outra das narrativas que tem marcado o debate a caminho desta conferência é do escrutínio dos eleitos da CNJ, sob pena de revogação do mandato. Sendo claro que todos os órgãos dirigentes devem responder perante as bases, o espaço para esse escrutínio deve ser este mesmo, o da conferência, e não o da pessoalização. Não estamos disponíveis para abrir processos de intenção sobre este ou aquele camarada. a CNJ é um órgão coletivo e, sempre que algum dos seus membros falhar com as suas tarefas, cá estaremos para o apoiar, para lhe dar força, numa atitude de solidariedade. O contrário é incorporar o pensamento neoliberal onde cada um responde por si e a meritocracia engole todos os outros parâmetros de análise.

E o programa político? Onde é que ele fica?

No meio de tanto alarido sobre organização interna, questões estatutárias e outras coisas afins que a Conferência não está habilitada a deliberar, seria simpático e até oportuno que pudéssemos trocar algumas ideias sobre o trajeto que o Ensino Superior tem levado, a falta de democracia na Escola Pública, o flagelo do trabalho precário, as lutas que faltam fazer no campo das liberdades individuais, entra tanta coisa. Tudo isso, esta Conferência já tem o poder de deliberar e toda a gente agradece contributos construtivos para construir um futuro onde a Democracia, a Liberdade, a Solidariedade e o Socialismo imperam.

A URGÊNCIA DA LUTA CONTRA O CETA

ISABEL PIRES E DIEGO GARCIA

O CETA é um tratado que terá consequências gravosas, longe do que poderemos imaginar: das questões ambientais à segurança alimentar, da desregulação agrícola à desregulação das relações laborais, mas também a desproteção dos cidadãos e consumidores europeus, nenhuma área fica de fora.

Um dos capítulos mais criticado a nível europeu é o mecanismo que prevê a regulação de conflitos entre investidor e Estados: na prática, é a criação de um mecanismo legal que permite a empresas e investidores processar Estados, sempre que estes, aprovando determinadas políticas públicas, possam prejudicar os lucros esperados por essas empresas. Isto representa uma afronta à democracia e à capacidade legítima de regulação e políticas públicas, e irá limitar a capacidade de decisão dos Estados.

Para além dos ataques ao ambiente, à agricultura, à saúde, à lei laboral, o que deve estar no centro deste debate é a ideia de serviços públicos. Os prejuízos para os serviços públicos e a capacidade de criação de políticas públicas ao serviço dos cidadãos que vêm como consequência deste acordo serão com toda a certeza altos, embora se possa dizer que, a longo prazo, poderão ser mais profundos do que qualquer se possa antecipar.

É uma alteração que pretende uma mudança de longo prazo sobre a ideia de Estado e a ideia de um serviço público ao serviço dos cidadãos.

Importa realçar que a contestação ao acordo tem vindo a aumentar, não só por parte de organizações não governamentais, mas também de organizações mais institucionais, que têm vindo a emitir pareceres sobre as consequências do acordo: a CGTP, a DECO, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, organizações ambientais e agrícolas, entre outras.

Não devemos esquecer o TTIP (Tratado Transatlântico), aparentemente em pausa, mas com negociações a decorrer. Há que dar volume a esta contestação, tornando-a democrática e aberta aos movimentos sociais. Sabendo das dificuldades, a luta contra este acordo (e outros semelhantes) tem que continuar e os jovens do Bloco de Esquerda, como parte integrante do futuro, devem estar na linha da frente deste combate: pelo futuro dos serviços públicos, por um futuro com regras ambientais, de saúde pública e laborais!

REPENSAR A NOSSA INTERVENÇÃO, PARA GARANTIR OS DIREITOS DOS ANIMAIS

BRUNO PEREIRA, DIEGO GARCIA E MARIA FRANCISCA FERREIRA

Citando Mahatma Gandhi: “A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo como os seus animais são tratados”. Se fizermos uma avaliação sobre o tema, será que hoje em dia se age em conformidade com este princípio, ou ainda temos muito caminho pela frente?

Em Portugal, temos vindo a verificar avanços na legislação que prevê combater a violência e negligência contra os animais, tanto animais usados para entretenimento, bem como animais de companhia. No entanto, muitas destas leis continuam a não ser cumpridas, nomeadamente, no que diz respeito ao abandono, à regularização e a maus tratos dos animais. Ainda assim, sobre a utilização de animais para fins de entretenimento e sobre a organização da indústria de carne, a legislação é ainda muito escassa.

Podemos começar por pensar sobre as touradas, uma tradição que nos envergonha o suficiente. Estes eventos tauromáquicos têm diminuído consideravelmente, observando-se uma afluência de público cada vez menor às praças, às garraizadas e a outros eventos semelhantes. Não se justificando a existência destes eventos, é preciso acabar com a realização dos mesmos. Em diversos países já existe legislação que proíbe ou restringe a utilização de animais em números de circo e tauromáquicos. Não se compreende que, actualmente, ainda seja permitido a realização de garraizadas nas universidades portuguesas, tendo em conta as petições e a mobilização de grandes grupos de pessoas pela defesa dos direitos dos animais, para terminar com estas práticas e fazendo nós parte de uma sociedade consciente os direitos dos animais e das implicações destas condutas.

Começa-se a caminhar nesse sentido, muitos circos e espetáculos têm deixado de utilizar os animais, mas ainda há muito por fazer e reivindicar. Devemos continuar a organizar campanhas de sensibilização com as ações de rua, para o término destas. Naturalmente que intenção nunca será denigrir o desvalorizar a existência dos circos, mas de facto temos que reconverter a forma como concebemos o espetáculo de circo, de modo a não atentar contra os animais que não escolheram estar ali.

Sobre os problemas ligados aos animais de companhia, verifica-se que o poder autárquico/local não tem vindo acompanhar a evolução destes, de forma erradica-los. Neste momento, não existe um incentivo nacional à regularização dos animais de companhia, através do registo formal e da colocação do chip. Os canis municipais continuam a ser antros de abate e sem condições de proteção e cuidados para os animais. É preciso exigir que isto se faça cumprir, para permitir apurar situações de abandono, de violência e a permanência dos animais nos canis com condições de vida dignas. Mesmo assim, os canis não são a solução para o problema, temos que combater fortemente o abandono com campanhas e ações de sensibilização junto das comunidades. A nosso ver, a aposta na sensibilização junto das camadas jovens aparenta ser uma possibilidade de caminho bastante eficaz no combate ao abandono crescente.

O movimento em torno das questões ligadas à defesa dos animais parece estar a ser colocado um pouco de parte e a deixar de ser uma prioridade. É por isso que voltamos a trazer estas questões, já escrutinadas no passado, para a discussão, com o objectivo de refletirmos em conjunto sobre a nossa intervenção, abrindo as portas a quem quiser colaborar. Consideramos que enquanto jovens do Bloco, devemos ter um papel fundamental na mudança desta realidade, já que partilhamos uma visão consciente e esclarecida sobre os problemas que ainda existem ligados aos animais.

Neste sentido, apelamos que repensemos colectivamente a nossa acção para garantir, efectivamente, que sejam cumpridos os direitos dos animais estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos dos Animais[1]. Ao estarmos a contribuir para bem estar dos animais, pensamos que, certamente, estaremos a contribuir para o bem estar social.

[1] <http://www.apasfa.org/leis/declaracao.shtml>

CONFERÊNCIAS - ESPAÇOS ALARGADOS DE DEBATE SOBRE O ENSINO SUPERIOR E SECUNDÁRIO

CONSTANÇA PORTELA, SARA SANTOS, FRANCISCO PACHECO, EDUARDO MECA CASTRO, INÊS TAVARES, MANEL FERNANDES, DIOGO ARAÚJO, GISELA SOARES CARVALHO, ANTÓNIO TOMÁS, ROSALINA SILVA, MARIA FRANCISCA PINTO, CATARINA C. ALVES, MARGARIDA TAVARES, AFONSO JANTARADA, JOANA SOARES, BEATRIZ ARNEDO

Para além de espaços de debate como o Inconformação ou o Acampamento Liberdade, é necessário expandir o poder de influência e de decisão efetiva da geração mais jovem de militantes do Bloco. É urgente a coordenadora tomar a iniciativa de organizar esses encontros de ativistas para a construção da linha política do partido em áreas que nos afetam profundamente, permitindo as bases confluírem num trabalho conjunto e consequente. Uma dessas dimensões centrais na nossa vida, para a transformação da qual temos um contributo a dar, é a educação.

Uma conferência de jovens a cada dois anos com dois painéis relativos ao tema não é suficiente para alargar um trabalho que se quer contínuo e basililar da nossa atividade. Defendemos que sejam organizadas duas conferências extraordinárias, fim-de-semanas de debate e trabalho intenso onde xs militantes mais jovens, bem como todxs xs ativistas estudantis que queiram participar, tenham a oportunidade de dar a sua opinião, discutir ideias, partilhar experiências e trabalhar em propostas. Que modelos xs jovens do Bloco têm para o ensino e quais as melhores formas de nos organizarmos nas escolas e nas faculdades para os defender, são as questões a que estes espaços procurarão dar resposta.

1. ENSINO SUPERIOR

O ensino superior e a defesa do mesmo foi e continuará a ser uma das marcas dos 18 anos de história do BE, mas apesar disso continuamos a assistir impotentes à crescente comodificação das universidades públicas. De modo a promover uma luta estudantil mais eficaz, é pois urgente mais do que nunca um debate aprofundado sobre a linha política do Bloco sobre temas como bolsas de estudo, bolsas de investigação, acesso ao ensino superior, acção social bem como relativamente ao combate às propinas ou às fundações percebendo também o tipo de financiamento e gestão democrática que defendemos. Temas complexos relativos ao ativismo estudantil como a função e missão política das associações de estudantes ou a possibilidade de construção de núcleos de estudantes e clarificação do seu papel, terão de ser outros dos temas centrais dessa discussão.

Defendemos portanto que a CNJ promova uma conferência que aborde os desafios do Ensino Superior em toda a sua complexidade e que inclua painéis/grupos de trabalho que procurem criar e desenvolver propostas para enfrentar os vários problemas, bem como responder muitas das dúvidas que se possam colocar.

2. ENSINO SECUNDÁRIO

A defesa de uma escola pública de qualidade e a democratização do ensino básico e secundário não deve passar só pela comunidade docente - xs alunxs devem tomar também uma posição! Para tal é necessário debater as diversas matérias que os afetam todos os dias: os modelos pedagógicos a seguir, melhores formas de avaliação e de acompanhamento, a construção dos programas curriculares e a representação dos alunos nos órgãos de decisão - escolhas frequentemente burocráticas, tomadas por técnicos do ministério sem cara. Xs estudantes, com um relevante conhecimento da realidade do ensino, pouca importância têm tido na construção das políticas educativas e, infelizmente, a situação repete-se internamente no Bloco. É fulcral participarem no diagnóstico, na abordagem dos problemas que experienciam na sala de aula e na proposta de soluções e alternativas.

Propomos que a CNJ organize uma conferência para o Ensino Secundário que conte com os militantes e ativistas que o frequentam, bem como xs restantes jovens que, tendo passado por essa etapa recentemente, queiram contribuir com as suas ideias.

Estas propostas têm um teor de preparação e reflexão, visando a criação de mais espaços horizontais de disputa e elaboração programática. Ninguém está tão preparado como xs jovens e estudantes para construir a escola alternativa, a universidade democrática. Um programa político do Bloco de Esquerda para uma nova educação, capaz de gerar entusiasmo e de mobilizar uma nova geração de ativistas, exige a perspetiva dx alunx. É tempo que nos seja dada a palavra.

FORMAÇÃO POLÍTICA

FRANCISCO PACHECO, SARA SANTOS, EDUARDO MECA CASTRO, CONSTANÇA PORTELA, INÊS TAVARES, MANEL FERNANDES, GISELA SOARES CARVALHO, DIOGO ARAÚJO, ANTÓNIO TOMÁS, ROSALINA SILVA, MARIA FRANCISCA PINTO, CATARINA C. ALVES, MARGARIDA TAVARES, AFONSO JANTARADA, JOANA SOARES, BEATRIZ ARNEDO

Nos espaços internos do Bloco - em que a linha política é decidida, os ativismos construídos e a mensagem e propaganda estruturada - para uma participação efetiva de todxs, espera-se dos militantes que estejam informados sobre as posições do partido, para que as pensem, compreendam, discutam e possam até discordar delas, fazer críticas, sugerir alterações e alternativas, moldá-las. Essa militância ativa, sobretudo dentro dxs mais jovens - no início da sua educação política e que representam o futuro do partido - torna-se impossível na prática sem novos mecanismos de formação, sem os quais erguem-se novos entraves à renovação.

Da mesma forma, nos debates do dia-a-dia de cada militante, em que se vê na situação de representante do partido e da esquerda nos olhos de tanta gente (familiares, amigos, colegas, vizinhos, etc.), é importante saber apresentar e defender aquelas que são as linhas, medidas e posições do Bloco, bem como a visão socialista que defendemos. Não há arma com maior potencial para convencer, agitar e radicalizar a multidão de curiosxs, indecisxs, desinteressadx ou cínicxs, do que x camarada informado, preparadx, com capacidade de argumentação e persuasão.

Neste momento, é já organizado o Inconformação e debates como as Leituras Erráticas, entre tantas outras iniciativas. Essas atividades devem continuar e ser intensificadas. Mas são insuficientes. Pela sua natureza, a profundidade e complexidade que permitem são limitados.

Por isso, para concretizar a ideia de partido como escola política, achamos que é importante que nasçam espaços e ferramentas adicionais:

LIVRETES

Devem abordar os grandes pilares do programa do Bloco, analisando as situações e problemas atuais, expondo e descrevendo pormenorizadamente as propostas e modelo que temos para os resolver em cada área e seus impactos, consequências e implicações. A linguagem deve ser clara e simples, sintética e sem floreios desnecessários, abordando os tópicos direta e profundamente mas sem qualquer infantilização.

Propomos que seja publicado um novo livreto mensalmente. Os atores da sua construção devem ser os deputados ou técnicos do partido responsáveis pelo tópico abordado em conjunto com grupos de jovens que mostrem interesse em colaborar, bem como uma equipa editorial apontada pelos critérios mais democráticos e transparentes possíveis.

Como exemplo, temas possíveis a abordar:

- Controlo Público da Banca
- Política Energética
- Descentralização Administrativa
- Ensino Básico
- Ensino Superior
- Reestruturação da Dívida
- Política Industrial
- Habitação
- SNS
- Emprego

VIDEOCONFERÊNCIAS E SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Livestreams onde qualquer militante possa ouvir a exposição e explicação das propostas concretas (iniciativas legislativas) pelos deputados competentes, tendo a oportunidade de colocar as questões e ter resposta a dúvidas que possam surgir. A geração mais nova de militantes, que demonstra curiosidade em acompanhar o trabalho parlamentar do partido no seu dia-a-dia, mas tem dificuldade em fazê-lo, por falta de tempo ou acesso, deve poder gozar de canais de comunicação e circulação de informação onde se possa pôr a par com facilidade.

Para além de multiplicar as sessões de esclarecimento nas várias regiões do país, pelos seus limites logísticos e práticos, propomos que sejam realizadas (possivelmente através da plataforma online proposta) videoconferências no mínimo semanais abertas a qualquer militante, nos quais os deputados responsáveis tenham a possibilidade de apresentar as várias iniciativas legislativas.

CAMPANHAS DE RADICALIZAÇÃO

EDUARDO MECA CASTRO, FRANCISCO PACHECO, SARA SANTOS, CONSTANÇA PORTELA, CATARINA C. ALVES, MANEL FERNANDES, INÊS TAVARES, DIOGO ARAÚJO, GISELA SOARES CARVALHO, ANTÓNIO TOMÁS, ROSALINA SILVA, MARIA FRANCISCA PINTO, RICARDO CABRAL FERNANDES, MARGARIDA TAVARES, JOANA SOARES, BEATRIZ ARNEDO

Numa altura em que o Bloco de Esquerda faz parte da actual maioria parlamentar, apoiando um governo do PS, a necessidade de tornar clara a nossa alternativa tornou-se mais urgente mas também duplamente mais difícil. E se, por um lado, sabemos que contamos com uns media hostis às nossas posições, ainda é na cobertura dos órgãos de comunicação social de que dependemos, com uma presença nas redes sociais insuficiente e um contacto direto concretizado meramente em ações dispersas, pouco regulares, sem intensidade ou continuidade. No entanto, por outro lado, neste Portugal pós-Troika da geração à rasca, temos o campo mais fértil desde os anos 70 para popularizar as nossas propostas, semear as nossas ideias, trazer gente para a luta. Temos capacidade para chegar a mais pessoas e fazer a agitação revolucionária sobretudo entre xs mais jovens, mas para isso a mensagem tem de ser transmitida de forma muito mais eficaz.

Para ir ao encontro destas necessidades, propomos que ao longo do mandato da próxima coordenadora, para além dos eventos e atividades dispersas locais, se avance com grandes campanhas bimensais contínuas e sucessivas por todo o país. Estas devem caracterizar-se pela organização de conjuntos de atividades, articuladas entre si a nível nacional, dedicadas a um tema. Na nossa perspetiva, estruturar a atividade desta maneira permitirá focar esforços de forma a que as grandes causas do Bloco tenham maior visibilidade e impacto e conseqüentemente sejamos mais capazes de polarizar, radicalizar, mobilizar a multidão de descontentes até agora conformados, trazendo-xs para o ativismo e para a militância.

A recente campanha nacional de abolição das propinas estabeleceu um precedente para este tipo de projeto que pretendemos ver repetido. Esta incluiu e incluirá, entre outras atividades, ações diretas junto das faculdades e responsáveis do ensino superior, com ou sem o vínculo do Bloco, conforme a sua pertinência.

Dentro das diferentes dimensões que dizem respeito às campanhas, salientamos quatro instrumentos e ferramentas importantes e complementares, que devem ser construídos e decididos através da participação de todos os militantes:

- Materiais físicos para distribuição e afixação (panfletos, cartazes, murais, painéis, etc), que devem ser discutidos horizontalmente, envolvendo as bases. Os núcleos distritais devem também ter autonomia para desenvolver materiais próprios adicionais.
- Ação direta (incluindo petições, manifestações e outras formas de desobediência), sejam estas nacionais ou regionais, afetas ao tema da campanha.
- Debates e sessões de esclarecimento que permitam discussões aprofundadas sobre as causas de-

fendidas e as posições do Bloco, não só internos como para fora, junto de quem queremos mobilizar.

- Posts regulares nas rede sociais (livestreams, reportagens, imagens, artigos, etc).

Os temas deverão ser escolhidos através do debate interno das bases, não só por um questão democrática, mas também porque só o envolvimento de todxs xs militantes nas decisões pode garantir o seu empenho, mobilização e entusiasmo.

Sugerimos no entanto que estes devem procurar ser temas atuais, polarizantes, que dêem força às alternativas do partido, particularmente nas áreas em que nos posicionamos marcadamente à esquerda daquele que sabemos ser um governo, apesar de tudo, incapaz de pôr em causa o status quo.

Subscritores:

AMBIENTE

MANEL FERNANDES, EDUARDO MECA CASTRO, SARA SANTOS, FRANCISCO PACHECO, CONSTANÇA PORTELA, INÊS TAVARES, DIOGO ARAÚJO, GISELA SOARES CARVALHO, ANTÓNIO TOMÁS, ROSALINA SILVA, MARIA FRANCISCA PINTO, AFONSO JANTARADA, JOANA SOARES, BEATRIZ ARNEDO

Sabemos há várias décadas que o sistema capitalista é a causa fundamental das alterações climáticas. A velocidade do aprofundamento deste fenómeno, com consequências graves e já visíveis, pressupõe consequências extremamente graves já para a nossa geração e aquelas que se seguirão.

Tendo em conta esta nova realidade incontornável que põe em causa a sobrevivência da espécie humana, seria de esperar que políticas eficazes fossem tomadas para impedir a degradação ambiental e os seus riscos nefastos para as populações. Contudo, assistimos frequentemente a decisões que não só não ignoram como aceleram estes fenómenos.

Em contrapartida, protestos e esforços para garantir a sustentabilidade da atividade humana têm-se multiplicado por todo o mundo - grandes mobilizações, como os protestos contra a construção de um oleoduto na Dakota do Norte nos EUA, pelo fecho das minas de carvão na Alemanha ou pelo encerramento de centrais nucleares, como a de Almaraz. Mesmo na China, que sabemos ser especialmente opressora, ativistas têm demonstrado uma enorme coragem numa insurgência contra destruição desmedida dos recursos naturais de que coletivamente somos culpados.

Mas não podemos analisar nem enfrentar o problema das alterações ambientais e suas implicações para a humanidade, sem ter em conta o sistema capitalista em que hoje vivemos. Com a expansão da sociedade industrial, dos monopólios protegidos pelo estado numa procura incessante pelo lucro, que a nossa atividade económica tem levado à degradação ambiental e destruição de recursos naturais, sem qualquer tipo compensação das populações que se vêem afetadas. Mais, não só o poder político tem demonstrado negligência, incapacidade ou uma vontade inexistente de travar esta injustiça, como muitas vezes alimenta-a. Donald Trump, caricatura da decadência do sistema, epitomiza esta situação, com aquele que é talvez o homem mais poderoso do mundo, a negar a existência de altera-

ções ambientais. Vemos constantemente os interesses dos eleitores, dos trabalhadores, dos consumidores, das novas gerações, até agora amplamente desorganizados, a serem desrespeitados em prol dos interesses dos grandes grupos económicos tantas vezes mais influentes na captura do Estado e das instituições políticas.

É necessária uma mudança do sistema, uma alteração do modo como produzimos, distribuimos e consumimos. O Bloco deve ser um motor para a construção de um novo sistema, sustentável, que se foque na defesa da biodiversidade e na justiça climática, baseado numa nova economia eco-socialista e circular.

As gerações mais novas são as que herdaram o problema das alterações ambientais causadas pela atividade humana. Mantendo este ritmo de destruição sabemos que enfrentaremos graves desafios para garantir a nossa sustentabilidade. É portanto um tema da máxima importância para todos os jovens. Dessa forma apelamos a que as lutas pelas causas ambientais sejam postas em primeiro plano por esta coordenadora nacional de jovens, assim como o são a precariedade e o ensino público. Defendemos que sejam organizados mais debates, criada propaganda, ação direta, trabalho com coletivos dedicados a esta grande causa e luta tão difícil como importante, sobretudo com o Grupo de Trabalho Ecologista. Em todos estes confrontos, os jovens do Bloco de Esquerda têm o papel crucial de contribuir, empoderar e defender de forma intransigente estas reivindicações. Devemos garantir um futuro de que estejamos orgulhosos e tendo as ruas como o nosso campo de batalha, nunca faltaremos à chamada!

PLATAFORMA ONLINE E DEMOCRACIA DIRETA

FRANCISCO PACHECO, MANEL FERNANDES, EDUARDO MECA CASTRO, INÊS TAVARES,
GISELA SOARES CARVALHO, ANTÓNIO TOMÁS, RICARDO CABRAL FERNANDES, MARGARIDA
TAVARES, AFONSO JANTARADA, JOANA SOARES

Nós que somos a nova geração de ativistas do Bloco de Esquerda, não devemos ser constrangidos e limitados pelas estruturas e processos que o governam no presente. Representando o futuro do partido, devemos procurar os novos mecanismos, espaços e formas de organização que permitam aprofundar a democracia interna, a horizontalidade da tomada de decisões e transparência na construção dos projetos e divisão do trabalho – a participação efetiva das bases. Devemos portanto reivindicar o papel de vanguarda.

Os precários e estudantes da nossa geração online deixada para trás, que queremos agitar, radicalizar e trazer para a luta nas AEs, nos movimentos sociais, nos sindicatos, mas também no Bloco, não têm pachorra para hierarquias desnecessárias, para a burocracia, para o trefismo ou pela distribuição de responsabilidades, papéis, competências, poder, baseados nos amiguismos, porta de entrada do clientelismo, do cacique.

A tradição socialista libertária da qual nos aproximamos, que rejeita o centralismo democrático, a burocracia dos estalinismos ou a massa militante acrítica feita rebanho da social-democracia, sempre

procurou expandir no maior grau possível a democracia direta. Assim, nos estatutos está previsto o papel do referendo, o que se repete na linha política do Bloco. Na prática, o referendo nem sempre é o mecanismo mais fácil na condução diária do partido, tanto pelas dificuldades logísticas como pela quantidade de decisões que têm de ser tomadas. E mesmo em condições excepcionais de maior importância, em que está a causa a linha estratégica do partido (ex: apoio parlamentar a um governo do PS), não são convocados. Outros métodos complementares devem portanto ser procurados e considerados.

E é neste contexto atual que vemos uma nova geração de partidos (entre os quais se destaca o Partido Pirata) que, alicerçados no novo mundo pós-redes sociais, defendem a democracia direta, possibilitada numa escala bem maior do que a Pólis grega pela internet. Se as redes sociais, nas quais tantos de nós passamos uma grande parte do tempo, vieram distribuir informação, ainda não se tornaram capazes de fazer o mesmo com o poder. É precisamente esse o novo desafio que se abre. Novos métodos e conceitos como Democracia Líquida ou Democracia Direta Eletrónica têm vindo a surgir como respostas.

Defendemos que seja criada pela CNJ uma plataforma online onde estejam todos os membros jovens do Bloco. Nesse espaço todos os camaradas poderão:

- partilhar e debater ideias, sugerir materiais de propaganda;
- divulgar documentos e decisões de órgãos como a Coordenadora de forma transparente e acessível;
- mediar o papel editorial do Pão e Cravos ou a página de Jovens do Bloco, bem como a construção, planeamento e preparação de eventos como o Inconformação ou o Liberdade;
- coordenar atividades e decisões entre distritos;
- comunicar entre si mais facilmente, com uma democratização do acesso à base de dados (permitindo, por exemplo, aos novos militantes conhecerem e entrarem em contacto com os seus camaradas nos locais de estudo/trabalho e concelho/distrito);
- sugerir materiais de propaganda;
- submeter propostas para votação.

A plataforma online não retira o papel extremamente importante da CNJ, que mantém um papel executivo, mas permitirá a dissolução das assimetrias de informação e, sobretudo, de todas as hierarquias de poder desnecessárias dentro do grupo de jovens para todas aquelas decisões que têm um âmbito nacional e que portanto não são possíveis via assembleias de militantes distritais ou concelhias.

O JORNAL, A MILITÂNCIA E O PARTIDO

TOMÁS NUNES

O PeC existe há cerca de ano e meio, começou por ser pensado por dois militantes de base, o Ricardo Cabral Fernandes e eu, e por camaradas que entendiam a necessidade dos Jovens terem um meio de comunicação. Conseguimos produzir 6 edições, cada exemplar com 15 páginas, 9 temas (Editorial da

CNJ, Nacional, Educação, Trabalho Jovem, A Luta Toda, Internacional, Cultura, Teoria e História), com uma tiragem de 2500 exemplares para distribuir pelo país inteiro e cada edição pensada para garantir a participação de todos os camaradas. O nosso intuito era criar um jornal que permitisse analisar a atualidade e abordar temas mais teóricos que fizessem refletir e estimulassem o debate interno. O PeC foi criado para envolver todos os militantes, para alcançar todas as regiões e para ser distribuído como ferramenta de contacto para os que os militantes conseguissem expor as ideias do partido e contactar os jovens que estivessem nas faculdades e locais de trabalho.

Não contámos com o mais empenhado apoio da CNJ, não tivemos assistência no design e montagem, não foi garantida a distribuição nacional, não tivemos o apoio logístico necessário para termos um jornal com mais condições e com mais abrangência. Tivemos

de alcear 2500 exemplares à mão. Estas 6 edições só foram possíveis com ajuda de alguns militantes. A CNJ esteve ausente durante estas 6 edições, apenas colaborando com o Editorial.

O processo da criação do PeC esteve parado, por exaustão da equipa envolvida. A CNJ decidiu elaborar um processo de reestruturação do PeC, através de duas reuniões muito mal divulgadas, no Porto e em Lisboa. Dessas duas reuniões não saíram relatórios, nem notas contributivas, nem objetivos. Os militantes de Lisboa e do Porto, entre eles, não conseguiram partilhar perspectivas. O Ricardo e eu só pudemos participar como meros espectadores. O processo foi levado a cabo sem votações, sem propostas concretas, sem uma participação mais alargada e horizontal. A CNJ limitou-se a deliberar de uma forma incorreta e burocrática. A equipa foi alterada sem consulta das bases. Fui dispensado através de um telefonema pessoal, sem direito a auditoria ou discussão com a CNJ. Assim mudou o PeC, através de um processo anti-democrático, sem a real participação das bases jovens.

Não é possível criar um jornal sem um Conselho de Redação eleito democraticamente, apoiado pelo partido e com a disponibilidade necessária para convidar e acompanhar os camaradas que envolvidos na redação dos artigos.

Uma organização política sem jornal não consegue expor as suas ideias, não consegue envolver e cria uma situação de esvaziamento crítico e mantém ausência de discussão de ideias e soluções. O jornal não funciona apenas como ferramenta externa, para abordar os jovens que queremos alcançar, mas também como ferramenta interna.

Como ferramenta interna o jornal permite consolidar discussões e posições que estão na ordem do dia do partido. O jornal permite debater os métodos de organização dos movimentos estudantis, permite discutir a natureza do machismo, permite abordar a

importância das greves, etc. O jornal tem de funcionar de uma maneira que não crie e promova os ditos “especialistas”, ao estimular os militantes a abordar os mais variados temas e análises. O jornal funciona como uma escola de pensamento e como agregador de debates a nível nacional. Ora, para isto é importante que os tamanhos dos artigos permitam uma reflexão mais profunda e menos panfletária. Também importa que o jornal divulgue acontecimentos que estão na ordem do dia e que os enquadre numa discussão ampla, como se fez com a luta dos estudantes no Brasil ou com os despejos e a luta pela habitação na Amadora.

A nível externo, o jornal funciona como ferramenta central na exposição das ideias do partido. Permite compilar numa série de artigos as linhas gerais a orientação política onde militamos e isso facilita imenso quando abordamos alguém à porta de uma escola, faculdade, estação de transportes ou local de trabalho. O jornal permite orientar esse contacto à volta de uma tema mais específico. Por exemplo quando distribuimos um jornal numa manifestação feminista e divulgamos o artigo sobre feminismo, ou quando participamos numa ação pela habitação pública e divulgamos o artigo sobre especulação imobiliária. Um militante teve de escrever um artigo e refletir, um militante teve de distribuir o jornal e expor as ideias do partido, um possível futuro militante leu o jornal e entrou em contacto com a ideologia do partido onde poderá militar no futuro ou poderá meter em

prática o conhecimento adquirido.

O jornal é uma ferramenta de reflexão, divulgação e de recrutamento. É uma das ferramentas essenciais para um partido de massas.

A LUTA DOS ESTUDANTES FAZ-SE NAS RUAS

MARIANA MOURINHO

O ensino público em Portugal está sob ataque. Entre reverter ou impedir o desmantelamento de órgãos democráticos das instituições de ensino, a passagem de universidades a fundações e a diminuição do orçamento de estado para a educação, entre outros, há muito por onde contra-atacar. Mas de todas as lutas que é preciso travar, a abolição das propinas é certamente aquela que, a nível nacional, mais cativa os estudantes de classe trabalhadora para a luta e, portanto, mais passível de os mobilizar.

Enquanto que no resto da Europa as propinas têm vindo a decrescer ou a ser abolidas, mesmo em países com uma realidade sócio-económica semelhante à de Portugal, por cá passaram de cerca de 6€ em 1990 para 1063€ nos dias de hoje. Um sistema de ensino que se quer universal - assim como uma sociedade que se quer justa - não pode pôr entraves deste género à entrada de alunos nas suas Universidades. Foi precisamente neste raciocínio que se basearam nada menos que 20 associações de estudantes para exigir a gratuidade do ensino superior no Encontro Nacional de Direções Associativas, realizado nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2016.

O Bloco de Esquerda, revendo-se na relevância e justeza destas reivindicações, deu início a uma iniciativa intitulada "Propinas Não!", acompanhada por um Projeto de Resolução (Nº 572/XIII) que foi discutido - e chumbado pela direita parlamentar, com a ajuda do PS - no Parlamento no dia 10 de Março.

Apesar de ser importante trazer esta discussão ao parlamento, a História diz-nos que não é este o caminho que possibilita aos estudantes alcançar as suas reivindicações, mas sim através da organização de manifestações massivas nas ruas, greves e ocupações nas escolas e faculdades. No entanto, tal só é possível através de organizações amplas capazes de organizar e mobilizar os estudantes a nível nacional. Os jovens do Bloco de Esquerda não podem ter receio de fazer uso da sua experiência política de modo a construir núcleos do partido e organizações de estudantes democráticas nos locais de ensino que possam ajudar a atingir este fim.

Veja-se o caso do Sindicato de Estudantes (SE), no Estado Espanhol, criado por militantes da Izquierda Revolucionária, que, com uma estrutura completamente democrática, baseia o seu funcionamento nas decisões dos seus núcleos em cada local de ensino. Com esta fórmula bastaram apenas 4 meses de manifestações e greves em várias cidades, entre Novembro de

1986 e Fevereiro de 1987, para conseguirem a abolição das taxas do Ensino Secundário, o aumento das suas vagas, o aumento das bolsas de estudo em 25% para esse ano e 40% para o seguinte e o aumento de 30% do montante despendido em gastos correntes das escolas, entre outras reivindicações. O SE continua a combater ainda hoje pela acessibilidade ao ensino, desta feita pelo repúdio da reforma universitária “3+2” que faz aumentar o valor das propinas: a sua última mobilização, a 9 de Março, contou com manifestações em 70 cidades e uma greve de estudantes com uma adesão de 80% nas universidades.

Ou ainda o caso dos protestos no Chile de 2011-2013, liderados pela Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH), organização que reúne as associações de estudantes das universidades que integram o Conselho de Reitores das Universidades Chilenas, que contaram com a ocupação de 100 escolas e manifestações massivas como forma de reivindicação por um aumento de orçamento de Estado para a educação e uma educação livre de propinas. Apesar de ainda não terem conseguido estes objectivos, as suas lutas ajudaram a eleger a presidenta Verónica Jeria, que defende a abolição das propinas para o ensino superior, e a eleger líderes dos protestos a membros do parlamento.

Aprendamos com as lutas destes camaradas e façamos com que a nossa luta pela democratização do ensino seja travada também nas ruas e locais de estudo!

A HEGEMONIA DO NEOLIBERALISMO ECONÓMICO E O COMBATE À PRECARIEDADE

IZAURA SOLIPA

Intitulam-nos de geração Y: crescemos na tecnologia, num incial prosperimento económico, na meritocracia, na ideia de que o mundo é nosso para descobrir e não queremos nem podemos ter nada que nos prenda a uma vida enraizada. Colaram-nos esse rótulo e agora utilizam-no para justificar a tamanha precariedade que nos espera: os vínculos laborais querem se fracos; quem trabalha quer se livre para suprir as necessidades do mercado, como e onde quer que surjam.

Nós queremos-nos submissos às condições a que nos sujeitam, nunca contrariando a relação de forças com o patronato, pois é na redução do poder negocial das classes trabalhadoras que se legitima a transformação do mercado de trabalho e o crescimento de trabalhos atípicos, exercidos na sua maioria à parte de uma proteção legal e social, com laços contratuais fracos, se não inexistentes.

Sabemos que a economia ortodoxa regida pelas forças de mercado tudo faz para justificar a degradação do mercado de trabalho como tecnicamente inevitável. Vivemos numa fase do desenvolvimento do capitalismo onde o pensamento neoliberal é predominante e genericamente incontestável. Onde

se afirma a necessidade de estimular as empresas como canal de crescimento económico, através de melhores condições contratuais, com a proliferação de trabalhos a prazo, temporários, ou remunerados via recibos verdes.

Onde se legitima a redução da TSU a empresas que paguem o salário mínimo, se aloca parte do erário público a financiar estágios precários sem qualquer futuro, e se incentiva o empreendedorismo como política ativa de emprego, desresponsabilizando cada vez mais o Estado do seu papel em criar condições e políticas que permitam o pleno emprego. Os empregos, aos quais nos sujeitamos numa condição involuntária, tornam-se cada vez mais instáveis, mas é precisamente na flexibilização que o mercado encontra e justifica o seu equilíbrio monetário.

Sabemos que esta ciência económica não nos vê como mais do que variáveis num modelo matemático e conhecemos bem os seus desequilíbrios perversos. Conhece-o na pele quem vive na precariedade. Não falamos apenas de rendimentos reduzidos que já de si limitam as oportunidades de se construir uma vida digna, mas de insegurança, incapacidade de delinear planos de vida, falta de saúde, mal-estar e em última instância, exclusão social.

É preciso desconstruir esta hegemonia de pensamento e assumir que a economia serve propósitos ideológicos e sociais e não poderá ser vista como a ciência exata que afirma ser. Precisamos de agarrar o estudo das economias através de toda a multidisciplinariedade de fatores que as compõem, históricos, sociais, políticos, geográficos, desconstruindo a ideia de que todas as austeridades são inevitáveis.

Mas a tempestiva esperança de mudança está do lado de quem é precário. É essencial que os trabalhadores se organizem, quer em sindicatos, quer na criação ou no envolvimento em movimentos de vários setores capazes de pressionar rapidamente os governos a romper com a precariedade. Sabemos do que é capaz um movimento forte e agregador e é premente que se continue a batalhar para que esta sensibilização cresça e agregue cada vez mais pessoas.

Nenhum precário pode ficar para trás.

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO

LUÍS BENTO

O Bloco de Esquerda, principalmente depois do resultado eleitoral alcançado nas legislativas de 2015, tem sido capaz de atrair um enorme número de novos militantes que vêm o partido como uma verdadeira alternativa no espetro político português e como um espaço de luta e de aprendizagem. Uma grande parte dessas novas adesões são de jovens que sofrem diariamente com a impossibilidade de aceder a direitos básicos e essenciais na vida de qualquer ser humano, como o trabalho digno e com direitos, a habitação, a educação, a saúde ou a mobilidade. O capitalismo não lhes consegue dar resposta e os e as ativistas do Bloco de Esquerda devem ter a capacidade de lhes mostrar que existe uma alternativa.

Mostrar que um outro mundo é possível só poderá ser conseguido com a construção de um amplo

movimento que reúna ativistas de todos os setores da sociedade e que os consiga mobilizar e organizar em torno de um programa político socialista e democrático. O Bloco de Esquerda tem todas as condições para ser esse movimento, um partido dos trabalhadores e de todos aqueles que são diariamente oprimidos pelo capitalismo. Embora tenha uma capacidade de atração sem igual em Portugal, atraindo jovens de todos os pontos do país e despertando o seu interesse para a luta anticapitalista, o Bloco de Esquerda tem falhado no essencial: a sua organização no combate contra o capital.

A Coordenadora Nacional de Jovens deve ter como principal função a de impulsionar e fomentar a organização dos militantes do Bloco em todos os locais em que estejam presentes. Apoiar a formação de núcleos nas escolas secundárias, nas faculdades e nas empresas, dando-lhes todo o apoio possível. Só uma organização local com uma coordenação a nível nacional pode lançar campanhas que mobilizem milhares de jovens. Um dos melhores exemplos disso é a organização do Sindicato de Estudantes aqui bem ao lado, no Estado Espanhol, que em 2016 conseguiu derrotar a tentativa de mercantilização e elitização do ensino superior que o governo PP preparava. Essa grande vitória só foi conseguida graças à organização dos estudantes em núcleos locais, articulados depois com estruturas regionais e nacionais que levaram milhares de estudantes para as ruas e obrigaram Rajoy a recuar nas suas intenções.

Numa altura em que os ataques realizados aos jovens estudantes e trabalhadores se intensificam, retirando-lhes todos os instrumentos de participação e decisão que tinham conquistado com a Revolução Portuguesa, é urgente que nos organizemos e contra-ataquemos. Não podemos continuar sentados à espera que a burguesia nos conceda direitos ou que os consigamos conquistar no parlamento. Sem luta e sem resistência iremos continuar a ter um aumento dos custos da educação, iremos continuar a ter precariedade e instabilidade no emprego e continuaremos a ser obrigados a viver mais tempo em casa dos pais por não termos condições para uma vida digna.

Essa resistência e essa luta só poderão existir se os jovens estiverem organizados. A existência de uma estrutura que os organize e mobilize para campanhas a nível nacional é essencial para que consigamos conquistar aquilo a que temos direito.

A LUTA DE CLASSES E A UNIÃO DOS ESTUDANTES E TRABALHADORES

MINERVA MARTINS

Vivemos hoje um período de aumento do abandono escolar precoce e universitário, de precariedade generalizada na juventude (em que dois terços dos trabalhadores até aos 25 anos trabalha sob contratos precários),[1] de níveis elevados de desemprego jovem, em que muitos dos estudantes de famílias trabalhadoras e com poucos rendimentos são forçados a trabalhar para suportar a sua própria educação.

Para além disso, aqueles que vêm o seu rendimento escolar ser afectado por dificuldades financeiras,

instabilidade e violência no seio familiar são aqueles a quem a continuidade do acesso à educação é impossibilitada. A retenção escolar é uma das principais causas do abandono precoce,[2] e são sobretudo os estudantes de ensino superior com médias mais baixas de entrada nos cursos que acaba por interromper os seus estudos.[3]

O percurso escolar e o acesso à educação das camadas mais novas estão intimamente ligados ao posicionamento social do seu agregado familiar. Os jovens de famílias de classe trabalhadora são afectados por obstáculos adicionais na aquisição de conhecimento, e forçados a lidar de forma mais violenta com as perspectivas presentes e futuras de precariedade e desemprego. As desigualdades de classe, entre quem é forçado a vender a sua força de trabalho e quem vive da exploração capitalista, expressam-se também na juventude e no direito à educação.

É importante ainda evocar todos os trabalhadores que activamente contribuem para o funcionamento das instituições de ensino. Enquanto Jovens do Bloco de Esquerda, deveremos defender a gestão democrática de escolas e faculdades entre estudantes, professores, funcionários, técnicos, investigadores. Os recentes ataques à universidade pública através do regime de semi-privatização das fundações constituem ataques à generalidade da comunidade escolar. Ao mesmo tempo que os professores e funcionários são colocados em condições mais precárias de trabalho, também os estudantes vêem as suas propinas aumentar e os seus currículos de estudo a serem orientados para os interesses privados dos investidores (ao invés dos seus próprios interesses e aspirações).

A luta pela democratização do ensino, contra a privatização das instituições de educação e anti-propinas não é nem pode ser uma luta exclusiva dos estudantes, de forma isolada à comunidade trabalhadora que sustém o sistema de ensino. Por outro lado, a luta contra a precariedade, por melhores condições de trabalho, pelo aumento do salário mínimo, pela diminuição da jornada de trabalho, é também uma luta dos estudantes. Ambas as afirmações devem orientar a actuação dos Jovens do Bloco de Esquerda em todo o país, apoiados pela Coordenadora Nacional de Jovens.

Os actos simbólicos de solidariedade são importantes para a relação entre estudantes e o movimento laboral, mas a urgência da situação exige mais. A organização dos jovens trabalhadores no partido e nos seus locais de trabalho é crucial, pelo que a CNJ deve promover e contribuir para a existência de núcleos locais próximos das suas zonas de habitação e trabalho para responder a obstáculos de menor disponibilidade e de dificuldades de acesso às zonas centrais de distrito.

Cabe à CNJ fomentar a mais estreita ligação entre os Jovens do Bloco de Esquerda e organizações de trabalhadores, combatendo assim posturas sectárias entre movimentos e colectivos que se regem pelos mesmos fins e promovendo a mais ampla, agregadora e eficaz campanha contra a precariedade. A união das forças de esquerda e sindicatos é fundamental para garantir vitórias a todos os jovens e trabalhadores que não vêm hoje uma saída da miséria sustentada pelo capitalismo, e para a construção de uma nova sociedade socialista igualitária.

[1]<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/precariedade-afecta-mais-os-jovens-e-os-qualificados>

[2]<https://www.publico.pt/2017/02/08/sociedade/noticia/abandono-escolar-subiu-em-2016-1761327>

[3]<https://www.publico.pt/2015/05/12/sociedade/noticia/abandono-escolar-no-superior-e-de-quase-40-entre-os-alunos-que-entram-com-10-valores-1695343>

O PAPEL DA ESQUERDA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA E OPRESSÃO MACHISTAS

MINERVA MARTINS

O Bloco de Esquerda — enquanto força de esquerda que se propõe à construção de uma sociedade socialista, onde as mulheres e pessoas LGBTQ+ poderão realmente alcançar a sua liberdade — deve estar na fila da frente da luta contra a violência e opressão machistas.

Tal implica um confronto sério e intransigente contra episódios de violência nos próprios movimentos e partido, a edificação de uma cultura de organização que abre espaço à intervenção activa das camadas mais exploradas e oprimidas, que discute a naturalização do machismo no sentido da construção de ferramentas capazes de destruir as suas bases institucionais e económicas, que enquadra a luta da violência contra as mulheres na necessidade de uma luta unida entre trabalhadores de todos os géneros assegurando a mais poderosa força contra as classes e instituições que nos oprimem.

Caso exista vontade e iniciativa das bases do partido, as mulheres e pessoas LGBTQ+ devem ter garantidos espaços próprios de discussão e organização (presenciais ou através de plataformas online), no sentido de facilitar a sua integração e de criar estruturas onde a sua confiança, experiência e capacidade de intervenção pública são construídas, combatendo assim as tendências actuais do seu silenciamento e invisibilização.

Enquanto parte integrante de um sistema capitalista, organizações de esquerda como o BE não são capazes de erradicar de forma absoluta expressões machistas e violentas. É necessário um constante esforço em aumentar o nível de consciência dos próprios membros do partido no sentido de criar um modelo de estrutura democrática para uma nova sociedade. Mas é ainda fundamental constantemente orientar esse esforço interno para as tarefas necessárias de organização e mobilização dos trabalhadores e jovens a nível nacional através de um programa socialista claro e combativo.

O papel da esquerda não é dirigir de forma exclusiva a culpa da violência para indivíduos concretos. Ao mesmo tempo que não pode tolerar qualquer episódio de assédio e violência dentro da organização — sendo fundamental garantir as condições para a sua denúncia —, qualquer discussão sobre opressões deve ser enquadrada numa discussão sobre o modo de produção e organização capitalistas que as sustentam, assim como num debate sobre perspectivas para ultrapassá-lo.

Ainda a acrescentar, as políticas de representação de género que são actualmente aplicadas nos órgãos no Bloco de Esquerda não podem servir unicamente como modelo simbólico da luta pela igualdade entre mulheres e homens. Quaisquer iniciativas ou regras de conduta estatutárias terão que ser instrumentos para a concretização dessa igualdade — apenas possível com a eliminação das desigualdades estruturais do sistema capitalista (logo, com a extinção do mesmo), expressas em todo o mundo nos níveis de desigualdade salarial, nos números de violência e assédio, nas diferenças de horas de trabalho doméstico e cuidado de familiares.

O Bloco de Esquerda e os Jovens do BE devem por isso, em todos os momentos, mostrar a mais activa solidariedade com a actividade de colectivos e movimentos feministas e LGBTQ+, direccionando a

participação militante dos seus membros e núcleos para os mesmos; defender, na prática de organização nas ruas e nos locais de trabalho/estudo, a igualdade salarial, o fim da precariedade, um acesso universal e de qualidade à educação e aos serviços de saúde, a extensão dos direitos reprodutivos, a existência de cantinas, lavandarias, creches, infantários e lares gratuitos.

BARREIRAS FINANCEIRAS DOS JOVENS DE FORA DAS GRANDES CIDADES

ANA MALVEIRA

Ser jovem fora dos grandes centros urbanos implica mudança e deslocações para os centros dos respectivos distritos, inicialmente, e/ou, inevitavelmente, para as grandes áreas metropolitanas para ter acesso ao ensino secundário profissional, ensino superior e ao trabalho. As condições de habitação, transporte e alimentação a que estamos sujeitas são precárias, abusivas e insuficientes. Somos obrigadas a pagar para trabalhar.

No concelho de Lisboa, arrendar casa tem grandes custos financeiros. Implica um esforço enorme no orçamento, de pelo menos 400 a 600 euros mensais, mais caução, mais fiador, mais mobiliário. Para a maioria dos estudantes e jovens trabalhadores a opção é arrendar quartos (200€-300€, na maioria dos casos sem despesas incluídas de impostos, que, facilmente, atingem 50€) em casas partilhadas, sem contratos assinados e susceptíveis às (in)condicionalidades de senhorios. Actualmente, a oferta de habitação está cada vez reduzida. Em Lisboa, os proprietários, alugam os espaços cada vez mais orientados para o negócio do turismo. Com o aumento dos preços estas dificuldades agravam-se, empurrando-nos cada vez mais para a periferia. Mais e mais a habitação é um privilégio, que deveria ser direito e que nos está a ser barrado.

Ao mesmo tempo que as dificuldades de acesso à habitação crescem, as condições dos transportes públicos vão-se degradando, enquanto que os respectivos preços aumentam. Diariamente, perdemos cada vez mais tempo em esperas, pois os horários muitas vezes não são cumpridos e são cada vez mais espaçados, e viajamos enlizados no metro e no autocarro.

No interior do país, os serviços de transporte ainda têm carências maiores, porque não são lucrativos e existe monopólio de operadoras privadas, muitos dos horários são suprimidos, e os preços são altos. Por exemplo, para os jovens de Montemor-o-Novo que têm que se deslocar para Évora (a 27 km) o passe social custa 100€ mensalmente, com carreiras diárias reduzidas e com horários pouco flexíveis, que diminuem a qualidade de vida. Assim, muitos dos jovens, particularmente das aldeias do concelho, que não dispõem de meios privados de transporte e aos quais o transporte público não garante a mobilidade necessária, são forçados a mudarem-se para Évora, onde o arrendamento de quartos custa em média 150€.

As grandes barreiras no acesso à educação, para jovens de classe trabalhadora, são económicas. Aumentam os custos, e tanto os transportes como a habitação são grande parte do esforço. As reduções dos apoios estatais vêm acentuar estas dificuldades. Muitos jovens são impossibilitados de aceder ao ensino e são condenados a só conseguir aceder a trabalho não qualificado, e em grande parte dos casos, precário.

Viver e trabalhar nas cidades está a tornar-se insuportável. O preço das rendas equipara-se ao do salário mínimo nacional de 557 euros. Nos últimos 10 anos os custos de educação para as famílias da classe trabalhadora aumentou 75%.

O Bloco de Esquerda e os Jovens do BE devem lutar pelo direito dos jovens ao ensino e ao trabalho, apoiando e ativamente participando nas lutas por todos estes direitos e contra o sistema capitalista que está na base de todos estes problemas.

PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PARTIDO DEMOCRÁTICO, INCLUSIVO E COMBATIVO

ANA MALVEIRA

Sabemos que ninguém chega a este mundo com conhecimento. Entendemos que para melhor intervir no movimento social é necessário desenvolver todas as capacidades necessárias de forma colectiva, partilhando experiências, vitórias e erros. E reconhecendo os obstáculos no acesso à educação e ao conhecimento para muitos jovens, um partido de esquerda tem a responsabilidade de combater essas desigualdades garantindo espaços regulares de discussão e formação internos.

Cabe à coordenadora de jovens promover da forma mais energética a criação de núcleos onde essa regularidade de experiência colectiva poderá ser concretizada. Nunca seguindo uma lógica de cima para baixo, a coordenadora tem que colocar em contacto os diferentes camaradas que partilhem locais de estudo, trabalho ou habitação para estes poderem decidir sobre o que fazer. Ao mesmo tempo que a Coordenadora deverá aprender com as experiências locais de intervenção dos militantes, tomando decisões a partir dos feedbacks e decisões de base, deverá promover as condições para essa autonomia activa de cada zona ou local de estudo/trabalho.

Mas é necessário reconhecer que o isolamento dos núcleos por regiões torna mais difícil qualquer tipo de actividade política desenrolar-se. A CNJ deverá promover o constante diálogo entre grupos de jovens, criando condições para acções coordenadas a nível nacional. A luta anti-precariedade e pela democratização do ensino só será vitoriosa se a mobilização e organização unirem movimentos e colectivos enraizados em todas as partes do país.

O núcleo de jovens do bloco é o espaço privilegiado para os camaradas desenvolverem a sua política. Quer seja através do colectivo amplo - um colectivo alargado que conte com a participação de militantes de outros partidos e activistas independentes - ou através de outras formas organizadas de luta, o núcleo é o espaço que permite aos militantes de facto militar. Ou seja, será nesse espaço que

os camaradas entenderão o que fazer, como fazer, com quem fazer, em suma, atingir a verdadeira autonomia e independência.

A actividade dos jovens do bloco em Lisboa aumentou quantitativa e qualitativamente no período em que houve maior frequência de reuniões. Evidentemente, não é qualquer tipo de reunião que fará avançar o movimento. É necessário que nessas reuniões se discuta a situação política nacional e/ou internacional e se debata as diferentes frentes - estudantil, laboral, ecológica, LGBT+ - onde nos encontramos envolvidos. A síntese dessas reuniões terá como vector fundamental a distribuição de tarefas, decididas de forma democrática, e o esclarecimento político das posições políticas de cada um de nós. Só assim poderemos intervir metodicamente nas diferentes lutas.

E deveremos assumir sempre a nossa filiação. Só dessa forma ganharemos a confiança dos restantes activistas e militantes partidários, através de uma prática de intervenção que está aliada da maior transparência e frontalidade.

É somente através de uma organização que está firmada em núcleos funcionais, que se torna possível a mais plena democracia no percurso e decisões tomadas enquanto partido, na constante resposta da direcção perante as suas bases. Ao mesmo tempo, os militantes e, em particular, os jovens militantes, poderão assim juntar-se, se assim o entenderem, a tendências e moções políticas de uma forma informada e consciente da totalidade do partido e das diferenças políticas que enriquecem o Bloco de Esquerda.

Para melhor e mais conscientemente intervir tanto dentro e fora do Bloco de Esquerda os núcleos jogarão um papel crucial na formação, organização e luta coordenada de todos os militantes. Se o que queremos é uma ferramenta capaz de agregar todos os esforços e atacar numa só voz os desafios que enfrentamos é através dos núcleos de jovens militantes que esta surgirá.

Por um Bloco de Esquerda de bases e combativo.

DISPUTAR A HEGEMONIA: POLITIZAR SEM TORNAR OS INSTRUMENTOS EM FINS

ANA MARTINS E SAMUEL CARDOSO

A Lista X apresenta como proposta o apoio logístico (como a disponibilização de espaços e materiais) a movimentos de jovens ou estudantes que procurem o apoio do Bloco, desde que as suas propostas e princípios vão de encontro àqueles que o Bloco preconiza. Esta proposta tem como objetivo que o Bloco sirva de catalisador do movimento social, o que só poderá ocorrer se esse apoio for feito de forma desinteressada, ou seja, aceitando que os membros do movimento não se vinculem seja de que modo for ao Bloco, e que, uma vez decidido o apoio, não se procure influenciar a forma como o movimento “usa” o apoio dado pelo Bloco - o que é, evidentemente, diferente de retirar o apoio caso o movimento abandone os princípios que estiveram na base da nossa decisão inicial de o apoiar.

Isto não implica, de todo, que militantes do Bloco tenham de entrar para os movimentos ou que façam parte deles à partida para que o apoio seja feito, muito pelo contrário: o apoio desinteressado parte da convicção de que todo o movimento social à esquerda é positivo e constitui um contributo fundamental para melhorar a relação de forças no arco-íris das lutas que enfrentamos. Não temos de justificar para nós próprias o que ganha o Bloco com isso porque o Bloco não é um fim em si mesmo, é um meio para atingirmos uma sociedade justa, democrática, radicalmente livre, e por isso tem de ser usado como tal – um meio – por todas as pessoas que entendamos que lutam pelo mesmo que nós e não apenas pelas que têm o cartão de aderente ou que nele militam ativamente.

Na nossa história coletiva enquanto militantes do Bloco entendemos que há imenso por fazer, mas não partimos do zero: há experiências positivas que devem servir de exemplo e experiências negativas que não devem ser repetidas. Nas experiências positivas, importa por exemplo valorizar o trabalho realizado com várias ativistas do ensino superior na impressão de materiais, na utilização de salas para reuniões, na troca de contactos que permitiu realizar sessões, encontros, protestos de diverso tipo. Pela negativa, existem diversos momentos em que o medo da incontrollabilidade do movimento social, baseado na desconfiança e na estruturação de pensamento de binómio “nós” e “elxs”, enfraqueceu a autonomia do movimento e a sua capacidade de combate. Aprender com os erros e incentivar as experiências positivas na relação com o movimento social é uma tarefa central da próxima Coordenadora Nacional de Jovens.

A isto junta-se também a necessidade de, no próprio seio dxs Jovens do Bloco, conferir toda a autonomia a grupos auto-organizados, sejam elxs de mulheres, de ativistas pela legalização da canábis, etc. E, quando desses espaços surgirem momentos em que se propõe a tomada de posições ou construção de materiais e campanhas em nome dxs Jovens, é essencial garantir o respeito dessa autonomia desde que enquadrada no mandato democrático que foi conferido à Coordenadora.

Fazer da política um exercício com base em princípios, ideias e um projeto claro sem considerar os instrumentos (como os partidos) como fins em si mesmos passa também por recusar a ideia muitas vezes repetida e poucas vezes pensada da “formação de quadros”. Esta reflete uma lógica grupal de defesa da manutenção de um partido com base não na consolidação do seu projeto político e da sua capacidade de mobilização mas na cristalização de relações de poder. Lógica essa que é querida às jotas e que devemos recusar. É evidente que um partido precisa de múltiplas pessoas que disputem a hegemonia nos diferentes espaços onde a política se faz e naqueles onde a devemos levar, e que para isso é necessário pessoas com forte capacidade política. Essa capacidade, para ser realmente emancipatória, deve ser conquistada com base na experiência e na troca de ideias com outrxs camaradas e não na criação de uma escola hierarquizada de assimilação de fórmulas pensadas por outras pessoas.

A tarefa de pensar continuamente a política como o exercício da agregação de forças rumo à emancipação coletiva da humanidade e não nos deixando cair nas teias tentaculares da submissão à afirmação própria contra xs outrxs que deveriam ser nossxs companheirxs de lutas é uma tarefa necessária e urgente. Cá estaremos para ela.

SOBRE A LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS

GONÇALO PESSA

Entre 2013 e 2015 houve um conjunto de avanços importantes na forma como diferentes sociedades se relacionam com a Canábis. Em 2013 o Uruguai legalizou o cultivo e venda de Marijuana. Neste período nos EUA os estados do Colorado, Washington, Alaska e Oregon, a cidade de Portland e o distrito de Columbia também legalizaram a Canábis. Apesar dos EUA serem historicamente impulsionadores do movimento de políticas proibicionistas, este país tinha já vindo em vários estados a legalizar a canábis para fins medicinais desde 2010. Neste momento, além dos estados onde foi legalizado o consumo e venda, outros 19 aceitam legalmente o uso medicinal da canábis.

No entanto, nos últimos dois anos o movimento pró-legalização não conseguiu continuar o ritmo acelerado de vitórias dos anos anteriores, e as conquistas são mais modestas.

Portugal foi pioneiro a descriminalizar o consumo de drogas na Europa. Foi um bom começo e uma vitória do Bloco. Houve ganhos para a saúde pública e o diabo que aí vinha, o dramático aumento do consumo, nunca se verificou.

16 anos depois devemos reconhecer a importância da descriminalização, mas não nos podemos contar com tão pouco. Se antes da descriminalização o consumidor da canábis era tratado legalmente como um criminoso, hoje é tratado como um doente. Um consumidor que seja apanhado pela polícia a fumar incorre numa contraordenação, sendo obrigado a pagar uma multa, e é encaminhado para um centro de dissuasão de toxicodependência. Em 2015 houve quase 9 000 processos de contraordenação contra consumidores de canábis, 25 pessoas por dia. Ademais, a posse de canábis foi descriminalizada nos casos em que esta não excede 10 doses diárias. Por isso, quem planta em casa e quem compra em conjunto com amigos para economizar no preço e no contato com o tráfico, se apanhado, pode ser condenado a penas de prisão efetivas.

Por tudo isto a descriminalização não é suficiente, não acabou com o moralismo na forma como a sociedade portuguesa lida com as drogas e não nos pode deixar resignados.

Os argumentos por trás da luta pela legalização da marijuana são conhecidos. A sociedade não tem um ímpeto proibicionista em relação à maior parte das drogas. Maiores de 16 anos podem aceder sem grandes restrições a álcool e tabaco, enquanto outras drogas podem ser adquiridas em farmácias. Não se conhecem mortes por overdose de canábis e os níveis de adição são muito mais baixos que o tabaco e o álcool. A comercialização controlada de marijuana regularia a qualidade, poderia banir as versões da marijuana sintetizadas e mais perigosas e protegeria o consumidor do contato com o narcotráfico. Tiraria também ao narcotráfico uma parcela grande dos seus rendimentos, e poderia representar um importante encaixe fiscal. É a solução necessária para respeitar a dignidade e a liberdade individual das pessoas e salvar a saúde pública.

Os movimentos pela legalização da canábis em Portugal ganhou maior expressão a partir de 2006, com a organização da primeira Marcha Global da Marijuana. Ganhou dimensão nos anos seguintes, e espalhou-se pelo país. No entanto, nos últimos anos tem perdido força e tem tido dificuldades em renovar-se.

É por isso que os jovens do Bloco de Esquerda devem voltar a apoiar com força e entusiasmo o movimento pró-legalização. Sabemos da importância desse movimento. Será reforçando-o, alargando a discussão, envolvendo a comunidade científica e outros agentes sociais, que conseguiremos fazer o movimento crescer e conquistar uma outra política para as drogas.

DEMOCRACIA NAS ESCOLAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XXI

DIOGO ALEXANDRE

Depois de um período de ataque à democracia e à gestão democrática nas escolas portuguesas, que resultou das várias políticas impostas pelos sucessivos governos que sufocaram e oprimiram qualquer espécie de movimento estudantil contestatário, retiraram poder aos alunos nas decisões tomadas sobre o espaço escolar e burocratizaram e centralizaram o poder de decidir e de intervir, criando uma barreira aos alunos na sua participação democrática e ativa na sua escola, vivemos agora uma abertura à possibilidade de construirmos uma escola pública melhor e mais democrática.

Muitos dos movimentos estudantis contestatários e progressistas viram, de à cerca de 10 anos para cá, a sua força a diminuir. Este é o resultado da opressão feita por um conjunto de medidas implementadas pelos sucessivos governos que desencorajou os alunos à participação ativa na comunidade escolar. Toda a esperança dos movimentos estudantis e das lutas estudantis das décadas de 70, 80 e 90, desvaneceu nestas políticas cujo objetivo é controlar e enfraquecer estes movimentos. Podemos afirmar que a escola pública em Portugal no século XXI não é um espaço democrático! Como estudantes sentimos que não podemos decidir nada sobre um espaço que frequentamos todos os dias! Não podemos decidir sobre o espaço onde, em média, passamos cerca de 1000 horas por ano, mais de 200 dias de 365 que um ano tem! Numa perspetiva matemática um aluno, em média, passa quase 60% de um ano inteiro na escola.

Quanto à autonomia na gestão das escolas, a realidade nas escolas públicas em Portugal é catastrófica! A escola não pode definir a totalidade do seu currículo escolar, não é autónoma na gestão e escolha dos seus serviços de cantina, pelo que não podem responder às necessidades alimentares dos alunos. Mas um grande exemplo da falta de autonomia na gestão das escolas, é o caso de mais de uma centena de escolas que com a criação da ppp (parceria público-privada) parque escolar, que detém a gestão destas escolas, viram a sua autonomia ser-lhes retirada. São imensas as escolas portuguesas que não podem gerir o seu espaço físico nem intervir no mesmo pois pertencem a esta ppp! São cerca de 2,3 mil milhões pagos por contribuintes para “reabilitar” 150 escolas que a partir deste contrato com esta ppp, não pode gerir o seu espaço físico. Com isto reivindicamos uma escola capaz de se gerir a si própria, pois mais que uma ppp ou que o ministério, só as pessoas que a frequentam sabem o contexto em que a escola está inserida e que necessidades tem.

Falta de direito e incentivo à participação dos alunos nos órgãos decisores da escola é o tema que acho mais importante ser reivindicado! Não somos ouvidos pelos órgãos máximos da escola, não

temos qualquer voz ou espaço de intervenção nos órgãos da escola e não nos é dado qualquer poder de decisão ou voto sobre a gestão da escola e sobre decisões do cg e da direção. Numa democracia deve de haver espaço para a intervenção e decisão de todos e todas! É inadmissível que os alunos não se possam pronunciar e votar as decisões que são feitas no espaço escolar. É preciso que haja espaço para que os alunos possam ser representados no conselho pedagógico, pois não faz sentido que se definam as orientações pedagógicas da escola sem que os alunos estejam presentes e participem neste conselho! É preciso que no conselho geral os alunos e os funcionários possam ser representados em igualdade com os restantes intervenientes e que seja feita uma eleição para estes cargos.

Para resolver este problema não temos apenas que dar mais poder aos estudantes, mas também acabar com a centralização do poder do diretor/ra. O excesso do poder do diretor em muitas escolas compromete a democracia nas escolas e põe em causa a participação democrática na gestão da escola. Menos poder aos diretores e limite nos mandatos do diretor são duas reivindicações importantes na luta pela democracia. Centralizar e burocratizar o poder decisor na escola é um ataque a um direito fundamental numa democracia, o direito de participar nas decisões que influenciam o nosso meio, de forma a que a tomada de decisões seja justa, igualitária e plural.

CARTA ABERTA AOS HOMENS CIS DXS JOVENS DO BLOCO

ALEXANDRA CÉSAR, ANA MARTINS, ANA ROSA, ANDREIA QUARTAU, CATARINA AGREIRA, CATARINA ALVES, CATARINA GALEGO, CONSTANÇA PORTELA, GISELA CARVALHO, INÊS SANTOS, INÊS TAVARES, ISABEL PIRES, IZAURA CARVALHO, JOANA SOARES, MAFALDA ESCADA, MÁRCIA PEREIRA, MARIA FRANCISCA PINTO, MARIANA GOMES, MARIANA MOURINHO, MARGARIDA TAVARES, MARLENE SANTOS, MARTA DA FONSECA, MI GUERREIRO, ROSALINA SILVA, SARA SANTOS

Estamos a escrever este texto porque vocês são nossos camaradas e porque precisamos que percebam isto de uma vez por todas: levem-nos a sério quando vos dizemos que estão a ter atitudes machistas. Ouçam a pessoa que vos diz “a tua atitude está a fazer-me sentir desempoderada” sem lhe explicarem porque é que isso não é verdade. Não nos expliquem porque é que não são machistas, provem-nos.

Queremos começar por clarificar: toda a gente tem atitudes machistas. Até nós. Também nós fomos socializadas para achar que somos umas exageradas demasiado sensíveis e, por mais que o combatamos, tal como esperamos que vocês também o façam, continuamos a ter uma vozinha dentro das nossas cabeças a dizer-nos “Não interrompas as pessoas. Não levantes a voz. Não soes demasiado masculina. Essa ideia provavelmente não é assim tão boa.” Precisamos que não só compreendam que estamos a tentar matar essa voz quando ocupamos espaços que tipicamente vos pertencem (nem que seja a tomar a palavra numa reunião) mas que façam o mesmo com a voz dentro da vossa cabeça

que vos diz “Se não levantares a voz vão achar que és fraco. Se não intervieres sobre este assunto vão achar que não tens opinião. Se mostrares vulnerabilidade não vão respeitar-te,” porque são ambas fruto de uma sociedade sexista e misógina que associa a vulnerabilidade, a capacidade de se calar e de ouvir, a ternura, etc. ao feminino e que associa o feminino à fraqueza e à submissão, prendendo-vos a um ideal que podem nem querer cumprir mas do qual não se sabem desprender.

Precisamos que compreendam que é, para muitas de nós, difícil explicar-vos isto. Para além de ser difícil o confronto, quer com a voz na nossa cabeça, quer com um interlocutor que é provável que reaja com agressividade ou a ridicularizar-nos, também fomos socializadas para dizer a nós próprias que estas vossas atitudes são situações mínimas que sempre fizeram parte do nosso dia-a-dia e que na verdade não são assim tão más, porque vocês sempre defenderam os direitos das mulheres e não são machistas. É complicado explicar-vos isto quando a principal prova que temos de que as vossas atitudes são de facto machistas é o nosso desconforto, porque aí vocês vão responder que o problema é nosso e não da vossa atitude.

Queremos que saibam que, quando nos interrompem numa conversa em que assim que vocês começam a falar todas as cabeças se viram para vocês, ou quando vocês próprios viram a cabeça para ouvir o homem que nos interrompeu, temos de nos deparar com a dolorosa realidade de, naquele momento, não termos sequer o poder de recuperar a palavra. Ou quando não nos consideram intelectualmente capazes e temos de nos esforçar o triplo para vos convencer de um argumento, para assim que outro homem o repetir concordarem com ele. Ou quando somos nós que acabamos invariavelmente com as tarefas de cozinha e de limpeza, não porque é disso que gostamos mas porque vocês nunca o fazem e se nós não o fizéssemos as coisas não apareceriam feitas, deixando-vos livres para as tarefas “importantes” Ou quando não sabemos como fugir de determinado tipo de contacto físico que não é suficientemente “óbvio” para que sintamos legitimidade para vos mandar afastarem-se mas que é invasivo e que incomoda. Ao contrário do que possam achar, não é por não dizermos nada que queremos que invadam o nosso espaço com toques desnecessários paternalistas e opressores.

A nossa emancipação também não passa por, fora das reuniões e em momentos de convívio, sermos permanentemente objetificadas e sexualizadas. Se rejeitamos uma visão conservadora da sexualidade e dos corpos, fazemo-lo por nós e não para encarnar um fetiche hipersexualizado que, nas vossas cabeças, tem de estar à vontade com tudo. Nas várias esferas de partilha de ativismos, queremos-nos livres deste peso, queremos o nosso espaço de poder ser.

Precisamos que compreendam a nossa revolta quando, no momento em que vos estamos a dizer isto, ainda conseguem voltar a levantar a voz para falar por cima de nós e explicar-nos que não são machistas, que a sensação de invisibilidade e impotência que sentimos só aconteceu porque não nos esforçámos o suficiente para conseguir ser ouvidas, ou então para nos explicar que estamos a magoar-vos com acusações de “machismo” que não se fazem a ninguém porque são de esquerda e boas pessoas que “ajudam as gajas a emancipar-se”, para nos explicar que somos nós que vos estamos a oprimir e que é injusto dizermos que não nos deixam falar, tudo isto enquanto não nos deixam falar.

Queremos que fique bem claro que não é só por terem de vez em quando atitudes machistas que vos dizemos que são machistas, mas sobretudo pela forma como reagem quando vos alertamos para elas. Enquanto continuarem a preferir ignorar o desconforto e o desempoderamento que as vossas ações nos fazem sentir, então sim, vão continuar a ser machistas.

A CULTURA E A ECONOMIA DE MÃOS DADAS NOVAS OPORTUNIDADES EM TEMPO DE CRISE

SÉRGIO VELOSO

Se entre nós há muitos que se congratulam com o ressurgimento do Ministério da Cultura e porque, tal como dizia Fernando Pessoa “A cultura é o aperfeiçoamento subjetivo da vida” e que “A cultura não é ler muito, nem saber muito, é conhecer muito”, importa um olhar refletido e crítico de quem olha e vê.

Por conseguinte e porque “Nenhum país que tenha mais rendimento é tão pouco feliz como nós. No entanto, entre os países com menor rendimento há muitos com maior felicidade. [...] A cultura deve, portanto, ser produtora de felicidade e não só de produto”, como citado por José Tavares¹, interessa que de acordo com o referido autor, a economia se aproxime da cultura e vice-versa.

Assim, num contributo de cidadania ativa e para o equilíbrio da interseção desejada entre cultura e economia, afigura-se urgente a introdução de novas estratégias em matéria de financiamento da cultura. Nesse sentido e considerando que:

- dos subsídios atribuídos à cultura nem sempre o que é produzido tem correspondência às expectativas do consumidor e, conseqüentemente, os custos de produção sejam geralmente superiores ao retorno pelo consumo;
- a atribuição de subsídios a projetos que habitualmente vemos a ser praticados alimentam a inércia e, logo, a subsidiodependência;
- a oferta que habitualmente é produzida carece de uma lógica concorrencial, sendo, por isso, passível de ser pouco competitiva;
- os hábitos dos atuais segmentos de consumidores da cultura privilegiam determinadas ofertas em detrimento de outras;
- é nos mais novos que se deverá gerar o enraizamento dos hábitos de consumo de cultura, proporcionando aos vários stakeholders alguma segurança e estabilidade para a aposta e continuidade produtiva das várias indústrias de cultura;
- a cultura ainda é para todo o potencial de procura tida como elitista de classes sociais com capacidade financeira para o seu consumo,

Sugere-se que o financiamento da cultura passe por financiar a procura, traduzindo-se na seguinte prática de afetação de verbas do Orçamento de Estado e a gerir pelo Ministério da Cultura em articulação com o Ministério da Educação e os Municípios:

- que em todos os ciclos formativos (desde o 1º ciclo do Ensino Básico ao Ensino Superior, inclusive) no momento da matrícula para um novo ano letivo sejam atribuídos títulos de ingresso a espetáculos, cinema, museus, teatro, etc..., com correspondência de valor (Euros) a fixar em concertação com os stakeholders, para consumo por cada aluno durante o ano escolar;
- que a transferência dos valores de cada título, segundo o número de alunos de cada Concelho do

país, seja efetuado nas transferências do FSM para os Municípios, de acordo com a exibição dos títulos exibidos pelas entidades que promoveram a oferta consumida

- que os referidos títulos (cartão com “x” entradas/créditos ou outro elemento que venha a dar operacionalidade à ideia) não sejam limitadores ao consumo por tipo de ofertas, mas que permita ao aluno consumidor a liberdade de escolha segundo os seus gostos ou preferências;

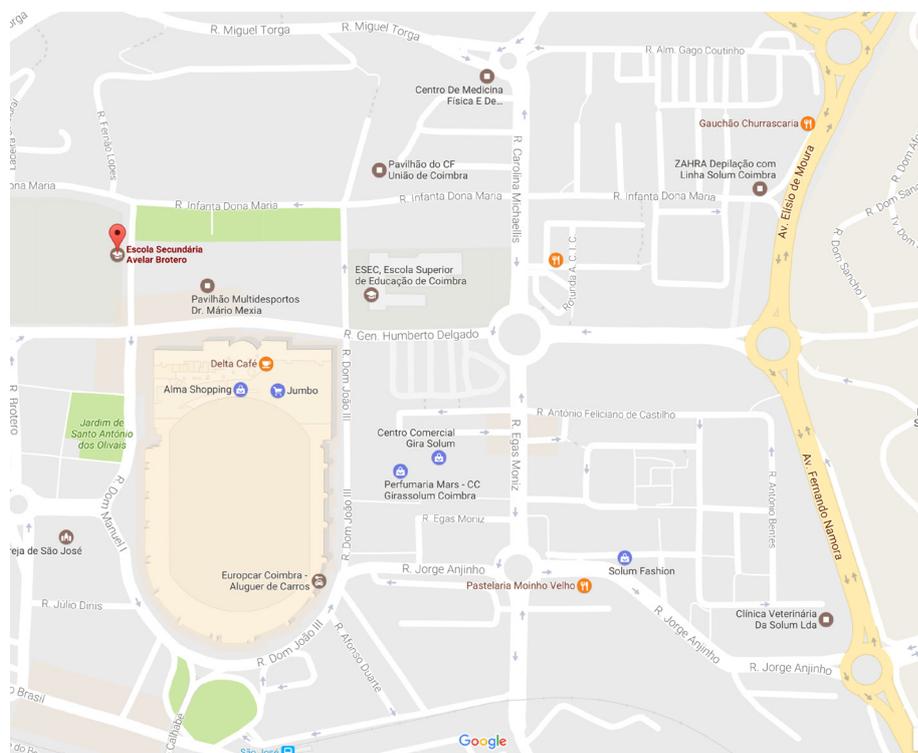
- que para a utilização dos referidos títulos sejam dados incentivos, nomeadamente majoração nas notas finais do ano letivo, como reconhecimento do enriquecimento curricular do aluno.

Acredita-se que esta sugestão de financiamento total ou parcial (alternativa ao tradicional subsídio), sem prejuízo da sua melhoria, se traduza no estímulo à produção competitiva de cultura e ao aumento continuado da mesma, gerando o efeito “bola de neve” de oportunidades de emprego e sua estabilidade, iniciativa empresarial nas várias formas de cultura e assim, gerar sinergias em tudo que imbrique com esta.

1 - http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/tecnologias/detalhe/qual_o_papel_da_cultura_na_economia_a_salsa_pode_explicar.html

INFORMAÇÕES ÚTEIS

MAPA



Apelamos a que levem saco-cama e colchonete para as dormidas no ginásio. Existem balneários com água quente, mas tens que levar toalha e restantes utensílios.

Para o dia 17, apelamos a que leves comida pois não conseguimos garantir a mesma.

INFO DE PREÇOS DE REFEIÇÕES (EXISTIRÁ OPÇÃO VEGANA):

10€ - 3 REFEIÇÕES (ALMOÇO DE SÁBADO, JANTAR DE SÁBADO E ALMOÇO DE DOMINGO)

3,5€ - CADA REFEIÇÃO SEPARADAMENTE

CALENDÁRIO DE DEBATES:

4 DE MARÇO 21h Leiria (sede distrital)

4 DE MARÇO 18h Aveiro (sede distrital)

7 DE MARÇO 21h Porto (sede distrital)

10 DE MARÇO 21h Santarém (sede distrital)

10 DE MARÇO 21h Setúbal (sede distrital)

11 DE MARÇO 21h Coimbra (sede distrital)

11 DE MARÇO 18h Lisboa (sede nacional, na Rua da Palma)

18 E 19 DE MARÇO: VI Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Apelamos a que te inscrevas **aqui**, participes nos debates e envia o teu texto contributo! Por lapso, estava anteriormente referido no calendário simplificado que a data limite para o envio dos textos de contributo era dia 12 de março mas, tal como diz no regulamento, a data-limite é dia **11 de março**.

Caso tenhas alguma dúvida, comentário ou pedido, envia mail para **cocjovens2017@bloco.org**